

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**ROTA DO OURO: RESGATE DA MEMÓRIA DA
MINERAÇÃO EM LAVRAS DO SUL ATRAVÉS DE
SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO URBANO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Fernanda Ricalde Teixeira Carvalho

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**ROTA DO OURO: RESGATE DA MEMÓRIA DA MINERAÇÃO
EM LAVRAS DO SUL ATRAVÉS DE SEU PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO URBANO**

Fernanda Ricalde Teixeira Carvalho

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da
Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ricalde Teixeira Carvalho, Fernanda
Rota do Ouro: Resgate da memória da mineração em Lavras
do Sul através de seu Patrimônio Arquitetônico urbano /
Fernanda Ricalde Teixeira Carvalho.-2013.
87 p.; 30cm

Orientador: Caryl Eduardo Jovanovich Lopes
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural,
RS, 2013

1. Lavras do Sul 2. Mineração 3. Turismo 4. Patrimônio
I. Jovanovich Lopes, Caryl Eduardo II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio
Cultural**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**ROTA DO OURO: RESGATE DA MEMÓRIA DA MINERAÇÃO EM
LAVRAS DO SUL ATRAVÉS DE SEU PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO URBANO**

elaborada por,
Fernanda Ricalde Teixeira Carvalho

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes, Dr.
(Presidente/Orientador)

Denise de Souza Saad (UFSM)

Carlos Blaya Perez (UFSM)

Santa Maria, 25 de julho de 2013.

AGRADECIMENTOS

Fica, aqui, registrado meus sinceros agradecimentos a todos meus colegas, amigos e pessoas que me ajudaram no desenvolvimento deste singelo trabalho.

Muito obrigada à Professora Denise Saad que, desde a seleção para o Mestrado, simpatizou com o projeto e me incentivou a terminá-lo, apesar de todas as surpresas que aconteceram no caminho.

Obrigada, Caryl Lopes, meu orientador, que mesmo a distância me deu assistência sempre que solicitei.

Obrigada à minha família querida, que sempre me deu apoio, incentivou-me e praticamente me obrigou a terminar a dissertação, pois, afinal de contas, um diploma a mais é sempre bom para o currículo!

Agradeço aos moradores dos prédios selecionados para a composição da Rota do Ouro.

Obrigada a todos que caminham comigo, espiritualmente e pessoalmente!

*Talvez eu encontre
Na pequena Lavras
Um sentimento tão profundo
Que não precise de palavras.
Talvez eu encontre, na minha terra
O ouro em pó, o pequeno nó
Que une dois corações.
(Pingo Bulcão¹)*

¹ Poesia *Terra... Ouro... Pó*, disponível em quadro na Secretaria Municipal de Turismo de Lavras do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Garimpeiro bateando ouro nas águas do Rio Camaquã	15
Figura 2 – Prédio onde se instalou a Company Mining Gold (1875)	18
Figura 3 – Retrato de Francisco Lopez	20
Figura 4 – Virgínia Freitas Renard e Charles Renard	21
Figura 5 – Engenho do Paredão, década de 1990	22
Figura 6 – Engenho do Paredão, década de 1950	23
Figura 7 – Túnel do Tempo	24
Figura 8 – Casa de comércio de secos e molhados de José Chiappetta	27
Figura 9 – Antiga Casa da Família Torgo	35
Figura 10 – Placa cervical	48
Figura 11 – Casa Engenho Cerro Rico.....	49
Figura 12 – Instrumentos de pesquisa de A. Bosch	50
Figura 13 – Igreja Matriz Santo Antônio	51
Figura 14 – Casa Geminada da Família Souza	52
Figura 15 – Centro de Alfabetização Prof ^a Helena Dutra Ferreira	54
Figura 16 – Casa da Família de José Chiappetta	55
Figura 17 – Ruínas do prédio do antigo engenho da Company Mining Gold	56
Figura 18 – Mapa de localização da área correspondente do imóvel	58
Figura 19 – Barragem do Paredão	59
Figura 20 – Estátua de Santo Antônio	61
Figura 21 – Missa na Praça Hermínia Ferreira de Souza, no dia 13 de junho de 2011	62
Figura 22 – Antiga casa de Garimpeiro	63
Figura 23 – Ruínas do Engenho Belga	64
Figura 24 – Casa de Pedra (Itaóca)	65
Figura 25 – Folder de divulgação da Rota do Ouro	66
Figura 26 – Frente folder de divulgação da Rota do Ouro	66
Figura 27 – Composição de fotos antigas das edificações da mineração e do Rio Camaquã	69
Figura 28 – <i>Souvenir</i> de Lavras do Sul: “Mala de Garupa da Terra do Ouro”	70
Figura 29 – Cartão-Postal da Rota do Ouro.....	81
Figura 30 – Mapa de localização dos espaços inventariados.....	82
Figura 31 – Restos do material da construção do Engenho do Paredão	83
Figura 32 – Máquina utilizada na trituração do ouro	85
Figura 33 – Mina de Ouro na localidade Vista Alegre	86

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

ROTA DO OURO: UM ESTUDO SOBRE O RESGATE DA MEMÓRIA DA MINERAÇÃO EM LAVRAS DO SUL ATRAVÉS DE SEU CONJUNTO ARQUITETÔNICO URBANO

AUTORA: FERNANDA RICALDE TEIXEIRA CARVALHO
ORIENTADOR: CARYL EDUARDO JOVANOVICH LOPES
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 25 de julho de 2013.

Este trabalho apresenta uma proposta de roteirização na cidade de Lavras do Sul, com a temática da mineração de ouro, resgatando a memória coletiva relativa ao garimpo, através de prédios que foram engenhos, usinas e casas de engenheiros de minas que fixaram residência na cidade e fizeram dela a primeira cidade do Rio Grande do Sul a ter origem na mineração do ouro. A pesquisa foi motivada pela retomada das investigações das minas de ouro e pela falta de conhecimento da população local sobre sua própria história de origem. A estruturação desta dissertação constitui-se do primeiro capítulo, no qual é relatado o contexto histórico da mineração de ouro, desde seu surgimento até os dias atuais. O segundo capítulo trata da importância da preservação, do resgate e da pesquisa sobre a memória das construções do ouro. Na etapa final é proposto um roteiro como resultado prático da pesquisa. Pela abrangência da área e número de locais a serem investigados, definiu-se que o roteiro será na área urbana, pelas fachadas das casas de referência, e com algumas paradas em espaços públicos relativos à temática do ouro, como antigos engenhos, ruínas e também casas particulares que se prestam à visitação turística, ao todo serão onze locais inventariados.

Palavras-chave: Lavras do Sul. Mineração. Turismo. Patrimônio.

ABSTRACT

Master Dissertation
Program for Graduate Professional in Cultural Patrimony
Federal University of Santa Maria

ROUTE OF GOLD: A STUDY OF THE RETRIEVAL OF GOLD MINING'S MEMORY IN LAVRAS DO SUL THROUGH A TOURISTIC ROUTE

AUTHOR: FERNANDA RICALDE TEIXEIRA CARVALHO
SUPERVISER: CARYL EDUARDO JOVANOVIĆH LOPES
Date and place of the explanation: Santa Maria, July, 25th, 2013.

This dissertation presents a proposal for routing in the town of Lavras do Sul, with gold mining as the theme, rescuing the collective memory on the gold rush, through the buildings that were mills, power plants and homes of mining engineers, who took up residence in the town and made it the first town in Rio Grande do Sul to have originated in gold mining. The structure of this dissertation constitutes the first chapter where we report the historical context of gold mining, from its inception to the present day. The second chapter is about the importance of preservation, redemption and research on the memory of the constructions of gold. As the final step, is to propose a roadmap as a practical result of the research. For the coverage area, it was decided that the route will be in the urban area, the front sides of the reference houses, and with some stops in public places related to the theme of gold, like old mills, ruins and also private homes which may be intended for touristic visits eleven points inventoried.

Keywords: Lavras do Sul. Mining. Tourism. Patrimony.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A HISTÓRIA DO LUGAR	14
2.1 2º Ciclo da Mineração	16
2.2 3º Ciclo da Mineração	19
2.3 Nacionalismo	25
2.4 4º e Novo Ciclo da Mineração	27
3 SOBRE A MEMÓRIA	29
3.1 O Discurso Sobre a Cidade	33
4 METODOLOGIA	36
5 CONSTRUÇÃO DO PRODUTO	38
5.1 Análise e discussão dos resultados	39
5.2 Programa de Educação Patrimonial	43
5.3 A Rota do Ouro	46
5.3 Contexto Regional da Rota do Ouro	67
5.5 Desenvolvimento da Linha de Produtos	68
5.6 Suporte de Serviços Turísticos Urbanos	70
CONCLUSÕES	72
REFERÊNCIAS	74
Apêndice A	79
Apêndice B	80
Apêndice C	81
Anexo A	82
Anexo B	85

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada tem como problema central a questão da memória cultural do patrimônio edificado de Lavras do Sul, que possui uma história singular no Rio Grande do Sul, sendo a única cidade gaúcha a ter origem na mineração do ouro, e a qual possui um vasto conjunto de prédios que emolduram a sua história. No entanto, com o surgimento de edifícios mais modernos e que atendem às necessidades da vida moderna, muitos dos exemplares dos prédios antigos estão sendo substituídos por novos, excluindo do cenário urbano a memória cultural material da cidade.

O patrimônio edificado é considerado neste trabalho como o patrimônio cultural material que, segundo o conceito utilizado pelo Governo Brasileiro², engloba os conjuntos arquitetônicos:

O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Entre os bens materiais brasileiros estão os conjuntos arquitetônicos de cidades como Ouro Preto (MG), Paraty (RJ), Olinda (PE) e São Luís (MA) ou paisagísticos, como Lençóis (BA), Serra do Curral (Belo Horizonte), Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida (Bonito, MS) e o Corcovado (Rio de Janeiro) (LINHA DO TEMPO).

A vida depende essencialmente da memória que o sujeito carrega, e isso é válido para todos os portadores de vida, inclusive as casas, já que são os abrigos das famílias, ganhando, com isso, vida, e assim será traçada esta pesquisa, pela memória vinda das edificações e o esquecimento que elas sofreram.

Sabe-se que a cidade de Lavras do Sul se desenvolveu a partir de pesquisadores das Coroas Espanhola e Portuguesa em busca de novas fontes de riqueza, já que em Minas Gerais o minério dava sinais de esgotamento. Muitos foram os aventureiros que chegaram ao sul do Brasil procurando ouro, no final do

² <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/patrimonio-brasileiro/material-e-imaterial>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

Século XVIII, e alguns outros conquistando terras, pois na cidade-objeto da pesquisa chegaram pessoas de diversas etnias, dos quais muitos foram embora, mas também muitos outros permaneceram e deixaram o legado do poder à beira-rio. E foi assim que nasceu uma cidadezinha no sudoeste da campanha gaúcha, em terras onde nasce o Rio Camaquã, fonte de toda a riqueza buscada por esses aventureiros.

E prédios foram erguidos, engenhos foram montados às margens do rio e famílias foram, sem muitos acessos, povoando um lugarejo. Chegada a Era Vargas e o Nacionalismo, os estrangeiros precisaram se retirar, deixando para trás alguns herdeiros, residências do ecletismo³, maquinários e engenhos.

Com a retirada dos exploradores e pesquisadores, ficaram os garimpeiros que, logo em seguida, abandonaram suas bateias (ver Figura 1) e foram procurar outros trabalhos no campo, desenvolvendo-se, por conseguinte, a pecuária e a agricultura, perdendo-se, com isso, a mineração.

Por cinquenta anos o ouro era apenas uma história que se ouvia no dia 09 de maio, quando se recorda a história da cidade em comemoração à sua emancipação. Gerações de lavrenses cresceram, não com o esquecimento, mas com a negação de um passado, já que é mais interessante negar que esquecer por completo. Consequência disso: os prédios tornaram-se obsoletos, inglórios, feios, vergonhosos pela falta de cuidado e abandono.

Com base nesses aspectos, o tema desta dissertação se constitui na busca pela preservação de bens materiais e sua utilização como atrativo turístico, dentro da temática da mineração do ouro em Lavras do Sul.

Diante do problema que impulsionou esta pesquisa, a desvalorização e o desconhecimento sobre a história do conjunto de prédios históricos, cujo referencial é a mineração de ouro em Lavras do Sul, buscou-se dentro do turismo uma maneira de reverter essa situação e criar mecanismos de conscientização patrimonial junto à comunidade, que pouco conhece sobre a primeira fase da construção da sua cidade.

Além disso, com a globalização e, recentemente, com a crise do Euro, as pesquisas de reservas minerais cresceram, voltando o ouro a ter um alto valor no mercado de ações. Consequentemente, houve um aumento na produção de

³ O termo ecletismo denota a combinação de diferentes estilos históricos em uma única obra sem, com isso, produzir novo estilo. Tal método se baseia na convicção de que a beleza ou a perfeição pode ser alcançada mediante a seleção e a combinação das melhores qualidades das obras dos grandes mestres. Além disso, pode designar um movimento mais específico relativo a uma corrente arquitetônica do século XIX. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/>>. Enciclopédia Itaú Cultural. Acesso em: 27 mar. 2012.

conhecimento sobre o assunto *mineração*, ou seja, universidades criaram cursos técnicos em engenharia da mineração para fomentar a demanda da região, que atrai diversas empresas multinacionais que investem no setor.

A proposta de um roteiro urbano vem da necessidade de tornar aquilo que é uma realidade virtual (está na esfera do abstrato, do conceitual, do imaginário) em uma realidade aparente, tangível, capaz de ser visualizada e efetuada. Entende-se, então, que com um roteiro é possível que haja uma maior empatia da comunidade local, já que será um produto turístico⁴ que valorizará uma história cuja narrativa é repleta de personagens imaginários, inventados, construídos, e tantos outros reais, que fazem parte dos álbuns de família.

Uma rota turística é um produto turístico interpretado; portanto, o que se pretende é também agregar valor ao patrimônio, para que tenha importância econômica no desenvolvimento da cidade.

Para o produto turístico a interpretação é um componente essencial, sobretudo quando se apoia na cultura e em paisagens especiais. Ela possibilita aos visitantes conhecer e apreciar mais os lugares, podendo levá-los a prolongar sua permanência e estimular novas visitas. Se, além de bem recebido e acomodado, o turista for também tocado de forma especial pelo lugar, através de uma boa interpretação, ele sairá satisfeito, e sabemos que cliente satisfeito gera bons negócios (MURTA; ALBANO, 2002, p. 10).

A transformação de uma memória coletiva em um produto por meio de um roteiro turístico envolve todos os agentes, gera emprego, renda e autoestima, transformando aquela memória da falência e do abandono em lembranças de riqueza, aventura e fantasia, um “espetáculo de um chauvinismo consensual animado pelo prazer do folclore” (JEUDY, 2005, p. 28).

Sem, contudo, tornar a representação maior que a realidade ou mesmo o passado real, a verdadeira história, o que se pretende é dar vida e encanto àquilo que é conhecido como algo que acabou, que não existe mais. Porém, na história e no patrimônio cultural nada acaba, apenas se reinventa, e o turismo faz acontecer de forma que seja produtivo e rentável para a população local. Quer dizer que não se pretende, com a formatação de um roteiro, modificar a história local, mas mostrar

⁴ Produto turístico: conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, ofertado de forma organizada por um determinado preço. Rotas, roteiros e destinos turísticos podem se constituir em produtos turísticos, por exemplo (MTUR, 2007).

as suas peculiaridades de maneira positiva, tornando-a atrativa para um Turismo Cultural, de maneira que a comunidade dele se beneficie como um produto e, ao mesmo tempo, como elemento de valorização da sua história.

O tema ficou delimitado no estudo e no mapeamento dos espaços urbanos, deixando para um próximo trabalho os prédios na zona rural do município e o mapeamento das minas de ouro nas fazendas.

A partir disso, **objetiva-se, de maneira geral**, formatar um roteiro turístico com intenção preservacionista do patrimônio cultural arquitetônico e histórico para Lavras do Sul/RS.

De forma mais específica, entretantes, **objetiva-se** fazer/incentivar a população a deter o conhecimento sobre o seu passado, tornando esse saber uma temática urbana, a fim de produzir atrativos turísticos. Além disso, buscam-se meios pelos quais os atrativos turísticos ajam como escudo em defesa da preservação dos prédios das antigas usinas e antigos engenhos de ouro, que estão ruindo por falta de conhecimento, identidade e utilidade. Procura-se, igualmente, resgatar a memória coletiva local.

Para desenvolver esta dissertação, concretizando objetivos e melhor compreender o tema, desenvolveram-se quatro capítulos. No capítulo I, tem-se a introdução, no capítulo II, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a história de Lavras do Sul. No capítulo III debateu-se sobre memória, preservação do patrimônio arquitetônico e turismo cultural, além de entrevistas com pessoas que fizeram parte de diferentes fases da mineração de ouro na cidade.

E por último, no Capítulo IV, a metodologia e no V, projetou-se a roteirização dos prédios existentes, cuja metodologia para sua seleção foi a escolha entre construções que têm em sua origem a mineração aurífera, e que também fazem referência à identidade cultural do ouro em Lavras do Sul. A seguir, foi apresentado o resultado prático da pesquisa, a discussão sobre esse resultado, as conclusões obtidas, as referências bibliográficas e os anexos contendo o seguimento deste estudo.

2 A HISTÓRIA DO LUGAR

Esta unidade pretende apresentar a relação da cidade com a temática da rota turística proposta nesse estudo, que é o ouro, a mineração aurífera e suas consequências sobre a estética urbana de Lavras do Sul.

A mineração aurífera em Lavras do Sul alavancou com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, já em uma fase decadente da mineração no país. Mesmo assim, a Corte estava em dívida com países vizinhos e precisava encontrar mais fontes de riquezas. Mas antes disso, a Coroa Portuguesa, em meados do século XVII e início do XVIII, incentivou os bandeirantes a investir no sul do Brasil, em busca de minérios. Foi, então, que Francisco de Távora, em 1715, enviou Francisco de Brito Peixoto, descendente do fundador de Laguna, aos territórios do sul do Brasil (TEIXEIRA, 1992).

Em 1796, registra-se a descoberta de ouro em Lavras do Sul, e, em 1799, o então governador Veiga Cabral, junto ao ouvidor-geral e corregedor da comarca de Porto Alegre, Lourenço José Vieira dos Santos, e o tenente de Dragões, Antonio Pinto da Fontoura, reuniram-se em conferência secreta, em Porto Alegre, para tomarem conhecimento da descoberta – feita por um escravo de Fontoura –, das minas de ouro (CORREIO DO POVO, 2010).

Consta nos apontamentos de José Saturnino da Costa Pereira, Roteiros das Costas do Brasil, de 1810, o resultado dos trabalhos na região da Campanha do Rio Grande do Sul, no Arroio do Salso, nos Rios Vacacaí, Camaquã e São Sepé, sendo que os resultados obtidos no Rio Camaquã foram muito superiores aos dos outros. De fato, o Rio Camaquã e, mais especificamente, seu afluente, o Arroio Camaquã das Lavras, mostrou-se bastante rico em ouro até o fim da exploração do ouro de aluvião.

Em 1812, a Real Fazenda determinou à Junta da Fazenda que findasse a lavra do ouro, posto que o custo/benefício da extração do minério não era positivo.

Esse foi o primeiro ciclo do ouro no Escudo Sul-rio-grandense, e até 1832 as pesquisas ficaram paradas; mesmo assim, os garimpeiros que naquela região chegaram, instalaram-se e permaneceram no local bateando cascalho das areias do Rio Camaquã (Figura 1).



Figura 1 – Garimpeiro bateando ouro nas águas do Rio Camaquã.
Fonte: Acervo Fotográfico Casa de Cultura José Neri da Silveira.

Com a chegada de geofísicos ao Brasil, no final do ano de 1832 – geralmente esses profissionais provinham da Alemanha, França, Holanda e Bélgica –, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil investiu no Rio Grande do Sul para estudar os veeiros auríferos de Caçapava do Sul (Lavras do Sul era, nessa época, distrito de Caçapava do Sul, tornando-se município em 1882), e, em 1834, consta nos Livros de Editais da Câmara de Caçapava, a publicação de um edital de concessão de “lavra no Rio Camaquã, ao Dr. Augusto Frederico Goodrige e a José Tully e Cia. para formarem uma companhia de capital nacional e estrangeiro a fim de minerar ouro na região” (TEIXEIRA, 1992, p. 79). É o fim do primeiro Ciclo da Mineração em Lavras do Sul, que dará início a uma fase de investimentos estrangeiros baseados nos resultados das pesquisas relatadas nessa primeira fase da mineração.

2.1 2º Ciclo da Mineração

Quinze anos após a Guerra dos Farrapos (1835-45), em 1860, iniciou-se uma nova fase da mineração, e, então, os estrangeiros começam a fixar-se na região, construindo suas casas, usinas e engenhos. Daniel Laut foi o primeiro engenheiro a construir um engenho de tratamento nas lavras do Rio Camaquã, e logo foi seguido pelo negociante Joaquim Ferreira Pinto de Souza, que inovou instalando uma bateria de pilões movida por moinho.

Em 1868, John Mac Ginity⁵ e Cia. recebeu a concessão para lavrar no município de Caçapava do Sul, sendo, em seguida – 1873 –, transferida a cedência à Companhia de Ouro e Cobre do Sul do Brasil. Essa companhia de mineração empregava mais de duzentos trabalhadores, que tinham como função construir os edifícios e montar as máquinas de beneficiamento de metais preciosos.

Consta nos relatórios do Guarda-Mor Baltazar Francisco de Bem (TEIXEIRA, 1992), que o botânico e naturalista alemão Friedrich Sellow havia identificado, além de cobre, ouro e prata, outros minerais de valor comercial. Hoje, início do século XXI, sabe-se que a região tem mapeada jazidas de calcário, mármore, granito, quartzo leitoso, manganês, zinco e muitos outros minerais. Mas as pesquisas de Sellow foram perdidas ou danificadas nas travessias que iam do sul do Brasil até o Rio de Janeiro, onde as pesquisas eram comprovadas nos laboratórios de ciências naturais.

Não obstante os investimentos realizados na região, a companhia de capital inglês não conseguiu produzir minério em escala industrial, a despeito dos relatórios positivos de Ladislau Neto, Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Faltava a eles, sobretudo, mão de obra especializada, o que provocou a demanda de trabalhadores ingleses para a região.

“Em 1874, Henri Claude Gorceix vem ao Brasil, a convite de Dom Pedro II, para fundar a Escola de Minas do Brasil” (ESCOLA DE MINAS, UFOP). Veio ao Rio Grande do Sul para pesquisar as minas de ouro do Distrito de Lavras e chegou a resultados surpreendentes: 42g por tonelada de terra escavada, sendo que o mais

⁵ John Mac Ginity era um engenheiro britânico, o qual foi, também, em 1874, o vendedor do projeto para a construção da linha férrea entre Porto Alegre e Novo Hamburgo. Ver mais sobre o assunto em < http://www.sindileo.com.br/m_trem.html>. Acesso em 12 jul. 2012.

comum é que se encontre em torno de 10g/T. Levando seu relatório de volta à Europa, o naturalista francês publicou a notícia e a região ficou conhecida como o “Eldorado Gaúcho” (TEIXEIRA, 1992, p. 83-84).

Atraídos pelas notícias publicadas na Europa, investidores do ouro, mineradores ingleses chegaram à cidade e construíram a sede para a Company Minig Gold em 1875 (Figura 2), logo após a Guerra do Paraguai, sob a direção de William Chalmers. A construção de alvenaria com cobertura de zinco, hoje em ruínas, serviu como armazém do material recolhido, abrigo de maquinário do beneficiamento do ouro.

Típica construção da arquitetura industrial, com portas de ferro e já utilizando amianto, o edifício era composto de dois andares; na parte térrea havia a área de armazenamento dos equipamentos e maquinários, material de pesquisa, das oficinas de carpintaria, ferraria e também uma padaria, que não só abastecia o corpo de trabalho, mas também comercializava pães para o vilarejo. No piso superior estava o alojamento dos funcionários.

Essa Companhia funcionou durante, aproximadamente, dez anos, até que, devido aos atrasos e falta dos equipamentos mais pesados para a construção do engenho, que não chegaram da Europa, seu valor comercial começou a despencar na bolsa de Londres, e, com isso, os engenheiros foram forçados a se retirar do Distrito de Lavras e retornar à Inglaterra e seus países de origem.



Figura 2 – Prédio onde se instalou a Company Mining Gold (1875)⁶.
Fonte: Nina Boeira.

Alguns permaneceram e formaram famílias que, até hoje, residem no local, tais como: Cachapuz, Biagge (com o tempo tornou-se Biaggi), Henning, Vani, Dias Rodrigues, Gómez, entre muitos outros sobrenomes estrangeiros que permaneceram neste território, tornando a população local fruto de uma miscigenação muito peculiar, não sendo uma população que resulte exatamente de uma colonização, como as típicas cidades gaúchas, mas, por esse território ter sido simplesmente ocupado por aventureiros de diferentes bandeiras – ora em busca de ouro, prata e cobre, ora fixando residência e arrebanhando o gado dos jesuítas –, foi assim sendo formada uma cidade em meio às nascentes de um rio de correntes agressivas.

⁶ Não foram encontrados arquivos fotográficos do prédio da época em que era companhia de mineração, mas apenas do período em que foi regimento militar e, depois, como usina elétrica e as atuais das ruínas.

As pesquisas no Rio Camaquã mostravam os melhores resultados de mostras de ouro em toda a Província do Rio Grande de São Pedro. Gorceix encontrou 10g de ouro 22 quilates, e isso fez com que muitas companhias se lançassem ao empreendimento de construção de barragens nesse rio. Essas tentativas, porém, foram frustradas pela falta de tecnologia e pela voracidade do rio, que, além disso, apresentava muitos arbustos em seu interior, o que dificultava ainda mais a construção de paredes que contivessem as águas para a extração dos minerais.

2.2 3º Ciclo da Mineração

Retomando a trajetória da companhia inglesa, depois da queda das ações na bolsa de valores de Londres e da retirada dos engenheiros estrangeiros, permaneceram os peões, carpinteiros, ferreiros, padeiros e os garimpeiros matutos, que também tiveram seus trabalhos fracassados e acabaram vendendo o que sobrara dos maquinários para um ferro-velho da cidade vizinha de Bagé.

A partir disso, os garimpeiros do vilarejo de Lavras do Sul seguiram tentando ganhar a vida e sustentar a família com o ouro de aluvião retirado do cascalho do rio. Muitos engenhos e usinas locais se formaram já com o território das lavras tornado cidade. Ainda assim, estrangeiros se aventuravam para o sul do Brasil em busca de ouro, prata e muitos outros minerais.

Casas foram construídas por aqueles que decidiram permanecer, fazendo do cenário urbano um espaço repleto de casarios ornamentados com detalhes arquitetônicos, dando à cidade um aspecto requintado frente às tradicionais casas em estilo colonial português.

No dia 09 de maio 1882, é assinada a Lei em que Lavras do Sul se emancipa político e administrativamente de Caçapava do Sul, e tornava-se assim, cidade.

Em 1898, um empreendimento binacional retomou os investimentos internacionais nas lavras de ouro do Rio Camaquã, realizado pelo espanhol Francisco Lopez (ver Figura 3) e pelo francês Paulo Tallourd, os quais montaram o primeiro engenho para trituração do minério que provinha do Bloco do Butiá, ativo até hoje e alvo das pesquisas da empresa multinacional de investigação de corpos de ouro – Amarillo Gold.



Figura 3 – Retrato de Francisco Lopez.
Fonte: Acervo Fotográfico da Casa de Cultura José Neri da Silveira.

Em 1901, o empreendimento se tornou trinacional com a entrada dos engenheiros belgas Albert Van de Capele e Charles Renard (Figura 4), passando de Companhia Lopez & Tallourd a Compagnie de Mines D'Or du Cerrito. O funcionamento do engenho era agregado a uma usina de tratamento do minério não muito distante da cidade, a Usina São João, que ficava logo após a cachoeira do Arroio Camaquã das Lavras, hoje Praia do Paredão, grande atrativo turístico na temporada de verão. A usina pertencia ao senhor Serapião Freitas de Souza, que também explorava ouro em suas terras no entorno da cidade, e essas minas, ainda que fechadas, são sinalizadores para as buscas de blocos concretos de minérios.



Figura 4 – Virgínia Freitas Renard e Charles Renard (esposa brasileira e marido belga).
Fonte: Acervo Fotográfico Casa de Cultura José Neri da Silveira.

A Cia. Belga funcionou apenas alguns anos, e em 1909 fora vendida para a Brazilian Goldfields Limited, que adquiriu todos os bens da antiga companhia trinacional, explorando ouro nas localidades de Vista Alegre, Cerro Rico, Mato Feio e Cerrito do Ouro. Todos esses lugares possuem até hoje, em seus campos, os maquinários da extração mineral, que rendeu diversas publicações internacionais sobre o bom rendimento da empresa, a qual, porém, também não permaneceu muito tempo: “Dizem que a paralização de seus trabalhos foi por causa da excessiva alta de suas ações e pela falta de técnica e administração” (TEIXEIRA, 1992, p. 99).

Concomitantemente à história local, a constituição brasileira sofria diversas alterações nessa época, e, no Governo de Washington Luís (1926-30), algumas restrições foram impostas: “[...] em 1926, tolheu-se em grau mínimo o direito de disposição da propriedade, ao proibir que as terras onde existiam minas e jazidas necessárias à segurança e defesa nacionais não poderiam ser repassadas a estrangeiros” (GASPARINI, 2005, p. 12).

Isso restringiu ainda mais o poder dos estrangeiros em permanecer e explorar solo e subsolo nos territórios do Brasil, o que também acabou por frustrar muitos empreendimentos nacionais, pois o capital que financiava as investidas nacionais era, em suma, de origem estrangeira, principalmente europeia.

No entanto, como já estavam instalados os engenhos, as minas e o *savoir-faire*⁷ da extração, os nativos e os naturalizados continuaram a promover a mineração no sul brasileiro e comercializando ouro nos armazéns de contrabando na fronteira com o Uruguai.

Entre 1935 e 1947, o proprietário da Usina São João, juntamente a seu filho João Ricardo de Souza e aos sócios Elizeu e Izidoro Pires, reativaram a usina, agora chamada Engenho do Paredão (Figuras 5 e 6), empreendimento que rendia 28g de ouro 18 quilates por tonelada de ouro bateado.



Figura 5 – Engenho do Paredão, década de 1990.
Fonte: Acervo de Lígia Denicol Ricalde.

⁷ Termo francês que significa literalmente “saber-fazer”.

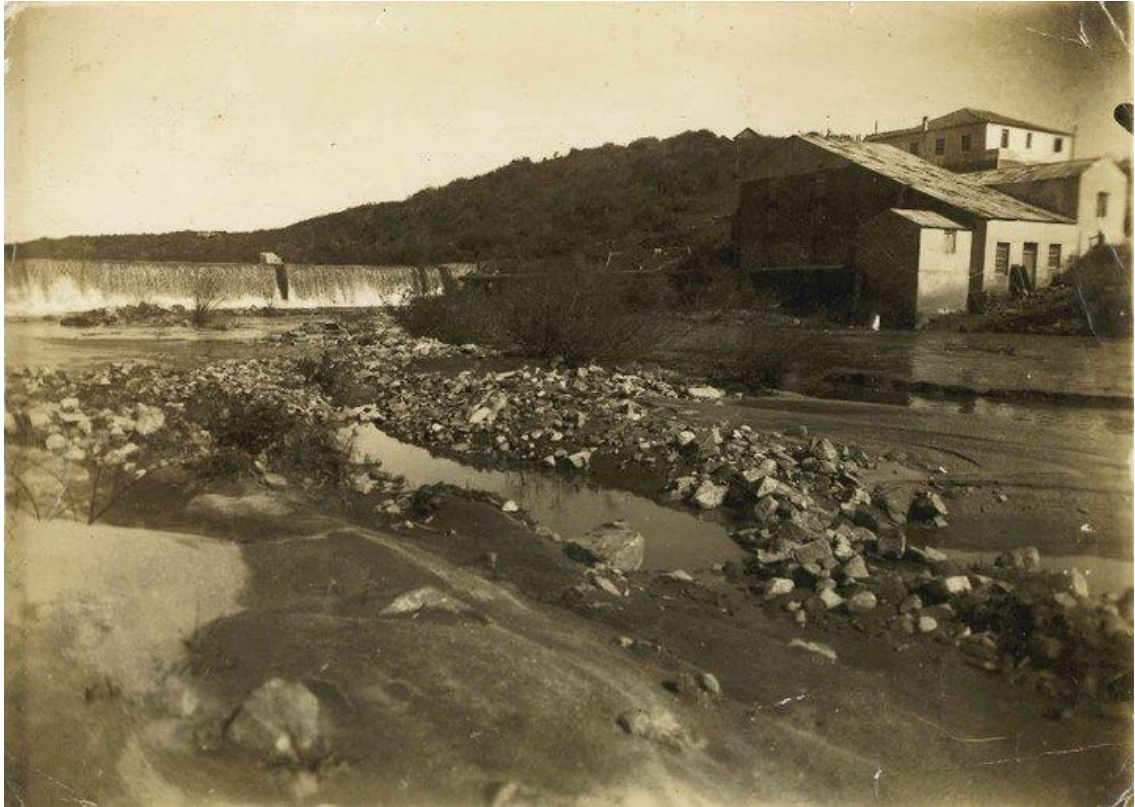


Figura 6 – Engenho do Paredão, década de 1950.
Fonte: Acervo da Família Severo Delabary.

Contemporaneamente, Pedro Mata e Cia. – empresa que havia adquirido os direitos de exploração dos solo e subsolo do Bloco do Butiá, onde antigamente era a usina do italiano Jose Chiappetta e da Cia. Belga – comercializou 18 toneladas de concentrado de pirita com o Japão. Pedro Mata era químico e foi um pioneiro na mineração dos veios de quartzo neste ciclo do ouro, e, em 1938, a Companhia de Mineração de Ouro do Butiá Ltda (nome que foi dado à Pedro Mata e Cia., quando o químico fez sociedade com Eugênio Mabiré e João Torres).

Segundo relatos de Mariliza Chiappetta (neta de minerador), moradora da atual casa de pedra do Dr. Pedro Mata, o imóvel foi construído a “peso de ouro”, o que levou o antigo proprietário à falência no final da construção da casa – toda feita de pedra às margens do Rio Camaquã, junto à Usina Chiappetta.

São poucos os registros escritos dessa época preservados; algumas fotografias foram feitas em eventos e visitas de ilustres representantes do Governo Federal à localidade. Conta-se, porém, mais com a memória de pessoas que viveram nessa época e com seus descendentes, que aprenderam sobre a história local por meio da oralidade dos mais velhos.

Recentemente, no jornal Zero Hora, foi resgatada uma fotografia antiga, relatando a corrida do ouro nas cidades da Campanha Gaúcha. Abaixo, a reprodução da imagem e do texto publicados pelo jornal em julho de 2010:



Figura 7 – Túnel do Tempo.
 Fonte: Jornal Zero Hora de 12 jul. 2012.

2.3 Nacionalismo

Nesse meio tempo, muitos governantes assumiram o poder na então República Federativa do Brasil, e após o governo de Washington Luís, assumiu Getúlio Vargas (1930-45), que também teve sua participação na alteração do comportamento das mineradoras estrangeiras, quando em 29 de março de 1940, por intermédio do Código de Minas, Decreto-Lei nº 1985/40, buscou regulamentar e fiscalizar as minas e jazidas no Brasil:

Art. 1º Este Código define os direitos sobre as jazidas e minas, estabelece o regime do seu aproveitamento e regula a intervenção do Estado na indústria de mineração, bem como a fiscalização das empresas que utilizam matéria prima mineral (JUSBRASIL, 2011).

Esse Código sofreu inúmeras alterações, conforme os interesses das políticas de relações exteriores, o código ganhava rasuras, revogações, como aconteceu em 1964, com o art.6º, que foi totalmente suspenso. Determinava o seguinte: “o direito de pesquisar ou lavrar só poderá ser outorgado a brasileiros, pessoas naturais ou jurídicas, constituídas de sócios ou acionistas brasileiros” (Idem. Ibid.), seguido de cinco parágrafos que também foram anulados nessa mesma data, que foi uma época de transformação política e social do Brasil, com o Golpe Militar e o governo de Castelo Branco, que durou até 1967. Foi nesse contexto que o Banco Central do Brasil fora constituído, e as riquezas minerais e aquíferas foram, então, consideradas reservas do tesouro nacional.

Chega-se a 1988 e à Constituição Brasileira que rege a legalidade nacional até os dias de hoje. Com relação às reservas e riquezas naturais e minerais existentes no país, a constituição tem a seguinte redação:

Art. 20 – São bens da União:

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

§ 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração (DNPM, 2010).

Esse artigo modifica, assim, totalmente o modo de vida econômica dos mineradores estrangeiros no Brasil.

Retomando-se o contexto de Lavras do Sul, em 1941 a mineração sofreu com o Código de Minas os reflexos da saída do capital estrangeiro, iniciando-se, então, a decadência dos engenhos, dos empreendimentos minerais. Como consequência, a população foi tomada por um sono profundo e se esqueceu ou mesmo rejeitou a fase mineral que deu origem à cidade, ou pelo menos o *status* que a prática dava a cidade, passando então a ser uma atividade ilegal e menor, relegada aos garimpeiros.

O nacionalismo do governo brasileiro promoveu no interior do país, nas cidades distantes dos olhos políticos, um alvoroço e uma grande falência das famílias que ali haviam se instalado. Durante a pesquisa, a senhora Jurema Chiappetta Verney (102 anos na data da entrevista, em 2010), filha de minerador estrangeiro, contou que quando era criança brincava com as barras de ouro do papai, o senhor Jose Chiappetta.

Essa senhora presenciou toda a transformação da vida política e econômica do país sob os reflexos do nacionalismo de Getúlio Vargas, além de ter vivenciado a chegada de novos estrangeiros mineradores que, ao contrário de seu pai, não são os proprietários da terra, mas investigadores, o que a ela, Jurema Verney, causou um certo estranhamento sobre a relação de propriedade do subsolo.

A senhora centenária tem na memória tempos de glória e riqueza, que são muito bem conservados nos utensílios, móveis e enfeites de prata e ouro que ornamentam a sua casa (Figura 8).

Muitos desses objetos foram doados à Igreja Santo Antônio, em demonstração de fé e dedicação e para a manutenção da Igreja. Existe a crença de haver túneis ligando as casas dos engenheiros de minas à Igreja, e, segundo a narrativa local, era também lugar de guardar o ouro. Esses túneis foram, em sua maioria, entulhados e fechados, pelo risco de acidente e morte que poderiam causar, estando abertos em terrenos pelo centro da cidade.

A abordagem sobre o Nacionalismo é importante porque sinaliza um divisor de águas na história da mineração no país, e dá uma visão sobre o que essa fase representou na vida das pessoas que viviam da prática da exploração mineral no Brasil, e, principalmente, na cidade que serve de cenário para esse estudo.



Figura 8 – Casa de comércio de secos e molhados de José Chiappetta.
Fonte: Acervo da Família Chiappetta.

2.4 4º e Novo Ciclo da Mineração

Retoma-se a mineração das lavras do Rio Camaquã com a política neoliberal do final do Século XX e início do XXI, porém, com uma maneira diferente de diálogo entre as exploradoras e a comunidade. Agora, o subsolo pertence apenas à União, portanto, a cidade em si permanece sem contato direto com as empresas que exploram o mineral. Assim, não há exatamente um despertar da memória coletiva em relação ao ouro e ao slogan da cidade de Lavras do Sul – “Terra do Ouro” –, mas sim uma especulação para saber a realidade da existência do mineral, já que as gerações presentes, jovens e pessoas de até 60 anos, do ouro só ouviram histórias, relatos de família e prédios em ruínas.

Com a queda das economias europeias, houve uma alta na bolsa de valores do ouro e outros minérios, considerando que os tesouros nacionais têm reservas em riquezas minerais. Com a nova corrida do ouro, muitas empresas aportaram em Lavras do Sul e cidades da região, como São Gabriel, Caçapava do Sul e São Sepé. Isso trouxe aos municípios benefícios indiretos, pois as empresas têm um alto nível de consumo no comércio local, injetando renda extra. Quanto ao mineral em si, segundo entrevista com representante da empresa Amarillo Gold, o custo-benefício

da exploração ainda não é positivo para a abertura de minas em Lavras do Sul, porém há fortes indícios de que, em breve, isso será possível novamente no Bloco do Butiá.

Essa retomada da mineração aurífera é, por hora, uma porta para despertar as memórias esquecidas sobre a origem da cidade, e, também, mais uma opção de geração de emprego e de renda através do consumo das empresas mineradoras e suas prestadoras de serviços. Outro benefício está no aproveitamento da mão de obra local para trabalhar nas empresas e na especialização desta, inclusive com estágios para estudantes da área da mineração.

Outra consequência das explorações dos minerais na região foi a criação, pela Universidade do Pampa (UNIPAMPA), de cursos de gestão tecnológica na área de engenharia de minas, o que trouxe um aprimoramento do conhecimento sobre geologia e mineração, acarretando a busca pela memória da cidade de Lavras do Sul – que estava esquecida –, por estes novos pesquisadores da área.

Por essa razão, é importante abordar essa fase econômica decorrente da globalização e da política neoliberal implantada por Fernando Henrique Cardoso no início do Século XXI, posto que essa abertura para empresas multinacionais traz consigo profissionais de outros estados brasileiros e também de outros países, que buscam na história de Lavras do Sul um panorama sobre como foi a mineração na cidade, pressionando os detentores do patrimônio cultural (prédios e documentos) a promoverem uma política de preservação e desenvolvimento de programas de educação patrimonial, um dos propósitos desse estudo.

3 SOBRE A MEMÓRIA

*Naqueles tempos, sim,
naqueles tempos as casas já nasciam velhas.
(Apparício Silva Rillo)*

Busca-se aqui um debate sobre a memória e o esquecimento, ou seja, as razões que levaram algumas pessoas a preservar seus imóveis e outras a abandonar seus imóveis “antigos” e comprometidos arquitetonicamente. Para isso, buscam-se conceitos e observações sobre a Memória. Segundo Batista (2005), o resgate dessa memória é de suma importância devido à construção de uma identidade consistente de um determinado povo. Assim sendo, é necessário que não se deixe de rememorar, de ir à busca das raízes, das origens, do âmago da sua história etc.

Memória é o elemento essencial para a composição desse trabalho, pois é necessário entender o que é e como ela se comporta na coletividade, para, assim, buscar uma compreensão sobre o esquecimento da história social da cidade durante seis décadas, aproximadamente.

A memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança. Alguns estudiosos julgaram que a memória seria um fato puramente biológico, isto é, um modo de funcionamento das células do cérebro que registram e gravam percepções e ideias, gestos e palavras. Para esses estudiosos, a memória se reduziria, portanto, ao registro cerebral ou à gravação automática pelo cérebro de fatos, acontecimentos, coisas, pessoas e relatos (CHAUI, 2000, p. 161).

Mais que um processo biológico, a memória é uma construção social e afetiva que serve de suporte para a caracterização de uma sociedade, a qual, sem memória registrada, não possui em si a capacidade de produzir presente ou futuro, já que se precisa ter consciência sobre o passado para poder avançar no tempo como um organismo socialmente ativo.

A memória coletiva é um conjunto simbólico de lembranças sociais que identificam uma coletividade como tal. Está alicerçada nos indivíduos e, embora os fatos sociais sejam independentes de cada sujeito, é por meio de todos esses

sujeitos que se pode constituir uma identidade social. Marilena Chauí diz o seguinte sobre a memória:

A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. É nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo e uma das obras mais significativas da literatura universal contemporânea é dedicada a ela: *Em busca do tempo perdido*, do escritor francês Marcel Proust (CHAUI, 2000, p. 158).

Nesse início de século existe uma busca frenética pelo não esquecimento de um passado recente, devendo-se ser considerado o largo número de dispositivos a serviço da multiplicação da memória, fazendo da memória coletiva, mesmo traumática ou decadente, uma temática para sua “mercantilização e espetacularização no cinema, museus, *sites*, livros de fotografias etc.” (HUYSEN, 2000).

É um processo lógico, afinal é preciso dar manutenção à máquina do conhecimento, e isso se faz através da produção e geração de divisas monetárias. Sobre as cidades, existem inúmeros meios de divulgação e propagação de notícias que reavivam os sentimentos coletivos por determinados elementos, e, assim, comunicadores e pesquisadores investem em diários e sítios eletrônicos, álbuns fotográficos via *web* e muitos outros meios articuladores de imagens e textos produzidos para evocar a memória coletiva.

Embora no paternalismo e no comunismo se consiga manter o patrimônio sem que ele se torne um cartão-postal ou ímã de geladeira – no exemplo mais simplista que pode ser dado para resumir a defesa da mercantilização do patrimônio –, é possível assistir a produções cinematográficas de figuras comunistas, movimentos e ditaduras que impedem o sistema capitalista de entrar naqueles países. No entanto, é sabido que esses patrimônios também sofrem a decadência imposta pelo tempo e pela descrença na imagem do lugar.

Guy Debord (1997), em *A Sociedade do Espetáculo*, condena a espetacularização da cultura e diz que a mercadoria é sua inimiga. Em contraponto, encontra-se o sociólogo Henri-Pierre Jeudy (2005), com o livro *Espelho das Cidades*, que discursa sobre a transformação frenética do patrimônio em mercadoria como uma forma de salvá-lo do descaso e da destruição; e conclui que o espetáculo chauvinista consensual fortalece os signos identitários. Apesar de parecer clichê, o

fato é que se não houver um fim econômico para os lugares, não há sustentação financeira, e isso acaba os levando à bancarrota. É preciso utilizar-se de uma linguagem contemporânea para despertar o interesse das sociedades do Século XXI, Choay (2006), afirma:

(...) Com efeito, é cada vez mais pela mediação de sua imagem, por sua circulação e difusão, na imprensa, na televisão e no cinema, que esses sinais se dirigem às sociedades contemporâneas. Eles só se constituem signo quando metamorfoseados em imagens, em réplicas sem peso, nas quais se acumula seu valor simbólico assim dissociado de seu valor utilitário. Toda construção, qualquer que seja o seu destino, pode ser promovida a monumento pelas novas técnicas de “comunicação” (CHOAY, 2006, p. 22)

Concordar com Debord (1997) seria, em suma, transformar a manutenção da cultura, das identidades em algo estático, e passível de repúdio, justamente porque se é possível fazer da tradição e dos costumes algo vivo, líquido, fluido e mutante, negar a mercantilização cultural é negar ao sujeito social a possibilidade de vivenciar a sua tradição de acordo com o seu tempo histórico, e de experimentar o universo do outro e ainda levar consigo a representação da memória, sua e a do lugar. Já Jeudy (2005) propõe que as vocações culturais sejam exploradas, e através do turismo, de uma rota turística propriamente dita, é possível que se trabalhe a memória do lugar com os lugares de memória tornados patrimônios culturais, e, assim, com o agenciamento da rota, há a tal transformação comercial do patrimônio sem afetá-lo em sua essência.

Para melhor apresentar essa discussão acerca do “mercado cultural”, é preciso trazer para o texto Néstor Garcia Canclini, autor que desenvolveu um novo conceito sobre as relações dos patrimônios culturais com o ambiente que o cerca, ou seja, com a urbanização, a industrialização e a comunicação de massa, e, principalmente nos dias atuais, com a publicidade através das redes sociais da internet.

Tudo isso favorece um agenciamento e um agendamento daquilo que se deve consumir a respeito de conhecimento e trocas de experiências culturais que darão ao sujeito “turista” um *status* relevante junto ao seu meio social, conforme as anotações sobre sociologia do turismo de Jost Krippendorf⁸, que diz que o turista

⁸ Jost Krippendorf nasceu em 1938, na cidade de Berna, Suíça. Doutorou-se em Ciências Econômicas pela Universidade de Berna e é considerado um dos criadores do conceito de turismo

viaja e faz fotografias não apenas para lembrar, mas, além disso, para legitimar a sua viagem junto aos seus amigos e familiares. Na era digital, com redes sociais e transferências em tempo real de arquivos, a legitimação da visita é no ato; isso colabora com o agendamento do pensamento e do desejo de conhecer determinado lugar, principalmente lugares históricos, e, conseqüentemente, as agências de viagem, que tanto temeram o surgimento da internet, ganham um aliado na divulgação de lugares e experiências culturais em diversos pontos do planeta.

Preservar algum tipo de patrimônio cultural é manter vivas as memórias, as histórias, as coisas que representam aspectos da identidade de cidades, famílias, grupos étnicos etc. “Preservar é necessário para que tenhamos referências de quem somos, como chegamos, onde estamos e o que podemos fazer com nossos potenciais” (HAIGERT, 2005, p. 107, *apud* TOLEDO, 2010, p. 24).

A memória é também um patrimônio, é o referencial de elemento social de um determinado lugar, e, mesmo que seja de maneira diferente da original, a preservação do patrimônio por meio de uma atividade econômica, como o turismo, oportuniza a dinâmica e o exercício do olhar para a construção da memória e de uma identidade coletiva frente a um patrimônio, ou seja, aquilo que foi legado a um grupo social.

Segundo a Organização Mundial do Turismo,

O Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992 *apud* BARRETO, 1995, p. 13).

Essa geração de “múltiplas inter-relações sociais, econômicas e culturais” que De La Torre (1992) aborda ao conceituar Turismo é que promove o consumo do

sustentável. Durante as décadas de 1970 e 1980, lecionou Teoria e Política do Lazer e do Turismo e foi diretor do Instituto de Investigação sobre Lazer e Turismo da mesma universidade. Também nesse período foi diretor da Federação Suíça de Turismo. Durante a década de 1990, concentrou-se nas atividades de consultor e escritor, tendo trabalhado como assessor independente em matérias de ecologia, lazer e turismo, atuando em várias organizações internacionais – como Unesco e OECD – e em diferentes governos e instituições. É autor de artigos e livros sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais do lazer e do turismo, bem como sobre ecologia humana, alguns dos quais foram traduzidos para outros idiomas. Sociologia do Turismo é o seu trabalho mais conhecido. Faleceu em fevereiro de 2003, aos 64 anos, após uma longa batalha contra o câncer. Disponível em: <<http://www.editoraaleph.com.br/site/autores/jost-krippendorf>>. Acesso em: 16 de março de 2013.

lugar turistificado, ou seja, tornado turístico, e, com isso, conseqüentemente, vem a valorização do tema proposto pela motivação turística.

Aquilo que leva pessoas a algum lugar para consumir serviços e produtos gera na população local – que é beneficiada economicamente – um sentimento de pertença, de legitimação e incorporação da temática, como é o caso da Serra Gaúcha (por exemplo, Gramado), que incorporou a proposta turística do inverno, do frio, do chocolate e dos cafés coloniais, do Natal Luz (evento cujo espetáculo se assemelha ao Natal do Pólo Norte e não de um país tropical, reforçando a “falsa” identidade de que são todos estrangeiros); fazendo com que toda a população se envolvesse no tema e isso tivesse influência, inclusive, no Plano Diretor da cidade, não sendo permitida a construção de casas diferentes do estilo colonial alemão.

Essa temática provoca uma evocação da memória, e esse processo “é a única prova real de que alguma vez aprendemos algo e formamos as conseguintes memórias” (IZQUIERDO, 2002, p. 60). Por essa razão, os lugares possuem títulos que os fazem ser lembrados e ganham fama pelas suas características – como é o caso da *Terra do Ouro*, slogan da cidade estudada nesse trabalho, ou outros exemplos, como *Santa Maria, o Coração do Rio Grande*, e *Bagé, a Rainha da Fronteira* – o que comprova a teoria de evocação da memória, sendo essa a justificativa que se tem para resgatar e provocar a busca pela temática da mineração em Lavras do Sul, para que a cidade seja legitimada pelo seu *slogan*.

3.1 O Discurso Sobre a Cidade

*“Ninguém sabe melhor que tu, sábio Kublai,
que nunca se deve confundir a cidade
com o discurso que a descreve
e, contudo, entre eles há uma relação”.*
(Marco Polo, por Ítalo Calvino)

Durante as décadas em que a mineração do ouro estava esquecida, outras culturas⁹, ou seja, outras formas de manifestações de identidades étnicas, sociais e econômicas, foram desenvolvidas e redirecionaram os costumes locais, e aquilo que

⁹ Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social (SANTOS, 1987, p. 37).

as fez surgir foi, simplesmente, ignorado, mantido a distância, já que representava o fracasso, a ironia e o abandono.

Quando uma sociedade ignora quase que completamente a sua história, abre um vazio na memória coletiva, um esquecimento que resulta em destruição e descuido com os bens imóveis culturais, artísticos e históricos. Restam, no cenário da cidade, algumas ruínas de engenhos e usinas, e casas antigas, umas preservadas e habitadas, outras relegadas às intempéries dos anos sem moradores.

A memória, segundo o médico Iván Izquierdo (2002), é a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações. É um arquivo com espaço ilimitado para armazenagem de informações. Entretanto, esse arquivo é seletivo, guarda-se apenas aquilo que parece ser útil, e, por isso, muitos dos representantes do patrimônio cultural são desativados, como prédios históricos supostamente de pouca relevância, e são substituídos por edificações mais modernas e que dão suporte à demanda tecnológica da sociedade atual.

Portanto, é preciso compreender essa relação entre os prédios históricos e as famílias tutoras desses, e, sobretudo, a relação entre os espaços de memória e a sociedade.

Kühl (2008) chama atenção sobre a relação daquilo que se considera monumento histórico com a memória coletiva:

Na concepção contemporânea alargada sobre os bens culturais, a tutela não mais se restringe apenas às "grandes obras de arte", como ocorria no passado, mas se volta também às obras "modestas" que com o tempo assumiram significação cultural. Nesse sentido, é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos, não como obras grandiosas isoladas, mas vinculada ao sentido etimológico de monumento e como interpretada por Riegl, ou seja: como instrumentos da memória coletiva e como obras de valor histórico que, mesmo não sendo "obras de arte", são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação (KÜHL, 2008).

Faz-se necessário compreender os sentimentos e a carga simbólica do ouro na coletividade, e, a partir de então, criar dispositivos de valorização do passado aurífero para o desenvolvimento de uma narrativa ética e autêntica em torno do conjunto dos monumentos históricos que compõem o acervo sobre a mineração de ouro em Lavras do Sul. Além disso, é mister recordar de personagens que foram construídos pela fantasia da infância, povoada de mitos sobre as casas, como na

casa da família Torgo (Figura 9), que, hoje, após uma restauração, é Escola Municipal Profª Helena Ferreira, mas que antes da reforma era um mausoléu no centro da cidade, terrivelmente abandonado.



Figura 9 – Antiga Casa da Família Torgo.
Fonte: Acervo da Secretaria de Turismo de Lavras do Sul.

Poderia ser qualquer outro sujeito, mas o seu efeito é o que vale, e o ouro, aqui, funciona como um signo de identidade sem expressar o poder que lhe é próprio, mas como um marcador da cultura exibida. Como marcador, carrega em si um legado, um estigma, talvez, de ser o município que o emoldura, uma terra feita de ouro, como uma marca autêntica do produto mercantilizado e reconhecido pela sociedade que o compõe.

O discurso temático que corteja as políticas públicas de utilização, tanto do tema quanto do produto turístico, como dos prédios construídos em função da mineração, implanta a necessidade de tornar tangível aquilo que está no campo das ideias, ou seja, espetacularizar a cidade como a “Terra do Ouro”.

“Espetacularizar” quer dizer que deve ser desenvolvido um aparato publicitário envolto da temática proposta pela Rota do Ouro, transformar o que existe no discurso das políticas públicas para a cultura em realidade tangível, construída e desenhada para que a paisagem urbana das construções seja também cenário de

um passeio turístico adequado e estruturado para o consumo cultural, do conhecimento sobre aquele lugar, sobre a sua “alma”.

Assim, o espetáculo alimenta a memória e a memória suporta os acontecimentos, sem que eles sejam abandonados novamente.

4 METODOLOGIA

Para a montagem desse estudo foram pesquisados os prédios construídos na fase da mineração e para usufruto de seus proprietários, como residências e casas de comércio, além dos engenhos, já em ruínas. Foi feito um levantamento de dados sobre as características dos prédios residenciais e edifícios industriais, quanto ao estilo arquitetônico e suas ocupações por moradores ilustres relevantes à história da cidade.

A principal fonte de pesquisa bibliográfica foi o livro do pesquisador local Edilberto Teixeira, de 1992, no qual ele utiliza a oralidade para mapear as minas de ouro e localizar as construções urbanas. É um dos únicos registros sobre a história local. Recentemente lançado e com contribuição para essa pesquisa, o livro fotográfico “Olhares da Minha Terra”, do poeta Gujo Teixeira e mais quatro fotógrafos locais, também faz parte da pesquisa bibliográfica, já que reúne informações de diversas pessoas, inclusive da autora desse trabalho, em que, a partir do olhar fotográfico, foi feito um levantamento histórico e das características arquitetônicas do espaço registrado.

Foram realizadas algumas entrevistas informais com pessoas da cidade, as quais detêm certo grau de conhecimento ou vivência sobre a história local, utilizando-se da oralidade como ferramenta metodológica para alcançar o objetivo do trabalho.

Durante a pesquisa foram encontrados os seguintes prédios:

- Igreja Matriz Santo Antônio - 1917
- Ruínas da Company Mining Gold - 1875
- Casa Geminada da Família de João Ricardo de Souza - 1909

- Casa da Família de Juca Souza - 1913
- Casa da Família Chiappetta - 1906
- Ruínas do Engenho do Paredão - 1937
- Ruínas do Engenho Belga - 1898
- Casa de Pedra (Itaoca) – década de 1940
- Casa de Ademar Teixeira – sem datamento da construção
- Barragem do Paredão – 1920
- Casa do Garimpeiro – década de 1920

Por ser uma proposta de atrativo turístico, algumas construções mapeadas foram retiradas do roteiro, enquanto que a Praça Hermínia Ferreira de Souza, construída em 1987, e, portanto fora do período da mineração, fora incluída por ter como símbolo uma estátua de Santo Antônio, padroeiro da cidade e folcloricamente conhecido por ter sido a partir de uma pepita à sua imagem que a mineração de ouro teve início nas águas do Arroio Camaquã das Lavras, que corta a cidade, quando um garimpeiro encontrou uma pepita que se assemelhava ao formato da imagem do santo.

Escolheu-se denominar *rota* o atrativo, porque:

Rota é um percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística, um itinerário com base em um contexto histórico e/ou temático. Uma rota pode contemplar vários roteiros e perpassar várias regiões turísticas. Isto é, o turismo utiliza a história como atrativo para fins de promoção e comercialização turística (MTUR, 2008, p. 70).

Exatamente o que se propõe como resultado da pesquisa, ou seja, um percurso temático que utiliza a história para promover o turismo.

Onze pontos foram selecionados para constituir a Rota do Ouro. Considerou-se que apenas as construções urbanas fariam parte desse estudo, deixando que as minas em territórios rurais ficassem para um próximo roteiro, e, quando for possível, por parte da administração pública municipal, investir em logística para pesquisa e inventário das áreas rurais de mineração.

Para que haja um contato visual com instrumentos e arquivos fotográficos, incluiu-se como ponto de visitação a Casa de Cultura José Neri da Silveira, já que a rota proposta se dá apenas pelas fachadas das casas e construções.

5 CONSTRUÇÃO DO PRODUTO

A *turistificação* dos lugares por meio da memória ativa o reconhecimento da importância do patrimônio para a identidade coletiva, tendo-se a ideia da necessidade, mesmo que de uma forma não-tradicional, mas projetada e construída, de que preservar o patrimônio determina as fronteiras de identidades.

A pressão turística e a globalização forçam as sociedades a idealizar quais são os seus valores que devem ser preservados. A importância dos lugares da memória como sítios turísticos, ou seja, museus, construções arquitetônicas, que são os identificadores da história do lugar, serão os elementos da memória coletiva escolhida para ser lembrada e consumida pelos visitantes que se deslocam por aquele lugar.

O Turismo impulsiona a exploração das características de identidade e as tradições locais, buscando os guardiões e os evocadores de memória para que a construção da imagem turística tenha compatibilidade com a memória coletiva do lugar. Isso acontece porque, com a globalização, as pessoas realizam mais os câmbios culturais, precisando, para isso, de uma simbologia que os represente e que possa ser trocada e passada para outros grupos sociais.

Antes que essa mesma globalização torne homogênea a memória da humanidade, as comunidades passam a valorizar suas culturas e tradições, tornando-se, assim, atrativas e lugares de interesse turístico, tanto de lazer quanto de pesquisa e negócios, pois através dessa valorização é possível tornar as características sociais mais nítidas àqueles que passam pelos lugares.

Na Europa, pode-se interpretar o fervor contemporâneo pelo culto do passado como um meio de conjurar essa ameaça que pesa permanentemente sobre o homem moderno: a possibilidade de perder o sentido da sua própria continuidade. A conservação se torna uma 'questão urgente' e sua aceleração tende a fazer do próprio presente um patrimônio potencial prioritariamente percebido na perspectiva de sua perda (JEUDY, 2005, p. 22).

As sociedades temem o esquecimento de sua história. Por isso, países com grande importância histórica e com conjuntos patrimoniais expressivos buscam urgentemente preservar esses guardiões da memória coletiva para que não sejam

simplesmente substituídos por prédios e novos costumes, mas que sejam parte do contexto, que o antigo e o tecnológico consigam conviver harmoniosamente. Esse parece ser o grande desafio, posto que os territórios mais valiosos e disputados são sempre aqueles onde já existem edificações, e não os vazios urbanos.

A memória dos lugares atrativos coloca o turista em uma posição em que é possível que ele consiga conviver com o diferente, pois os aspectos que tornam aquele lugar interessante para um turista estão no momento sendo valorizados, dando ao sujeito uma posição privilegiada no *status* social.

Como o Turismo é um ramo da economia e traz, com suas atividades, lucro para as localidades, pois há movimentação de capital com os diversos setores do mercado, é tendencioso tornar a memória tangível em produto de venda turística, ligando-se aos evocadores da memória. Há ainda os elementos da publicidade e do marketing que um produto supervalorizado gera para um lugar turístico.

A popularização do passado como um espetáculo reiventado de lembranças conjuntas sob uma nova linguagem é redescoberta de signos ocultos da história que são revelados em um momento anterior, diverso daquele primeiro ponto lembrado.

5.1 Análise e discussão dos resultados

Ao serem analisadas as construções que resultaram da seleção obtida, encontraram-se alguns casos em que somente será possível que os visitantes experienciem as fachadas das construções. No entanto, isso não quer dizer que a Rota do Ouro seja uma incentivadora ao “fachadismo”¹⁰, ou seja, que a preservação seja apenas na fachada das casas e engenhos; pelo contrário, o que se pretende aqui é estimular a conservação do conjunto de prédios históricos como um todo, principalmente o revestimento das paredes, que são em escaiola em quase todas as casas antigas de Lavras do Sul, não somente as selecionadas para a Rota do Ouro.

Muitos foram os casos de conflitos familiares encontrados durante a pesquisa, justificado pelo sentimento de abandono e destruição dos bens herdados por

¹⁰ A terminologia *fachadismo* é especialmente definida pela bibliografia disponível sobre o assunto como forma característica de apropriação de edificações históricas, na qual se prioriza a manutenção de fachadas, descartando-se, deliberadamente, a totalidade de seus interiores (CARLOS, 2005).

peças que não vivenciaram tempos gloriosos da mineração, e, sim, a falência do patrimônio familiar em razão do nacionalismo de Getúlio Vargas.

Entretanto, alguns prédios sobreviveram intactos, assim como as fortunas do ouro que, bem administradas, souberam seguir adiante por outros caminhos, como o da pecuária e o da agricultura, como foi o caso do empreendedor José Chiappetta, que possuía indústria, um *staff* com cem funcionários e muitos negócios de produtos importados, além de ser um exportador. Sendo assim, o imóvel que hoje pertence à última de suas filhas viva, permanece tal qual era no auge da mineração, e, por isso, é possível vislumbrar um rico monumento histórico em pleno funcionamento, sem alterações. Apesar disso, não é aberta a visitas turísticas, ficando apenas a belíssima fachada como testemunho de uma história de riqueza e sucesso de um imigrante italiano.

Um dos prédios mais complicados em relação a encontrar referências e seus proprietários foi justamente aquele considerado o mais importante de todos, a antiga vila industrial da Company Mining Gold, de 1875, primeira construção erguida para a instalação das empresas mineradoras em Lavras do Sul. Esse prédio possui cinquenta e quatro cotistas de área e um espólio, o que resulta em muitos donos de um mesmo lugar e nenhuma política preservacionista para o local, que se encontra cada vez mais deteriorado.

Seria interessante que a Prefeitura adquirisse o imóvel – já que este se encontra em dívida ativa, segundo informações do Setor de Cadastro da Secretaria de Finanças da Prefeitura – e ali fosse instalado um museu a céu aberto, com mostra de maquinários antigos, painéis de lona com fotografias de como era a construção e das demais edificações que fazem parte dessa fase da história da cidade. Assim, o local seria permanentemente limpo e cuidado pelo poder público, já que seria um atrativo turístico e um espaço de manutenção da cultura e da identidade locais.

Há muitos problemas que cercam cada imóvel envolvido nesta rota, principalmente aqueles relacionados a conflitos familiares e inventário de herança. O que é relevante neste trabalho, porém, é que ele propõe um resgate da memória cultural, e, portanto, coletiva de uma cidade que, até o surgimento dessa proposta e do surgimento de empresas multinacionais mineradoras, não conhecia a sua história por inteiro, posto que sua primeira fase sofreu um “esquecimento” coletivo, deixando

de ser ensinado nas escolas e também de ser motivo de conexão entre o passado e o presente da sociedade.

Esses conflitos familiares impedem a preservação dos imóveis, o que compromete a adesão dos prédios ao roteiro proposto pela dissertação. Apesar desse fator crucial para o desenvolvimento do trabalho, pretende-se iniciar a Rota do Ouro com alguns imóveis como atrativos turísticos, contando a história de cada um deles. Espera-se que, com o desenvolvimento do Turismo Histórico-Cultural, os proprietários tenham uma compreensão mais ampla da importância de seu patrimônio, passando a valorizá-lo e preservá-lo, aderindo ao roteiro.

O Turismo Cultural é assim denominado pelo Ministério do Turismo:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (MARCOS CONCEITUAIS, MTUR, on line).

Ao contrário do discurso sobre o abandono, não se quer, aqui, provocar um arrependimento pelo descaso, mas uma valorização de cada imóvel e, então, com a Rota do Ouro, uma finalidade para um novo uso das edificações, despertando-se a preservação dos bens culturais; uma valorização potencializada, repleta de imaginário e sentimentos positivos sobre o passado reinventado. Sobre isso, Sandra Pesavento escreveu:

(...) uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbs sonha a si mesma (PESAVENTO, 2002, p. 25 apud TOMÁZ, 2010, p. 02).

Ou seja, as intervenções não devem se moldar a um novo uso, mas à essência do edifício. Contudo, é preciso entender que a manutenção dos bens culturais vem com sua publicidade como produtos turísticos do segmento cultural, isto é, a motivação da visita turística em um prédio restaurado, de importância histórica é que alimentará sua existência preservada como bem cultural, pois será sedimentada na memória dos visitantes.

Sobre a finalidade de cada edificação para a rota, elencaram-se prédios que foram realmente construídos na fase da mineração, com recursos do ouro (e há os prédios que fazem parte da cultura popular, do folclore, endossados pelas lendas locais).

Sendo assim, as casas selecionadas após a análise sobre cada um de seus casos são:

Residências: (1) Casa Geminada da Família Souza; (2) Casa da Família Chiappetta; (3) Casa de Ademar Teixeira; (4) Casa do Garimpeiro.

Engenhos e outras construções: (5) Barragem da Praia do Paredão; (6) Ruínas da Company Mining Gold; (7) Engenho Belga.

Fazem parte da seleção pela cultura popular: (8) Casa de Cultura Jose Neri da Silveira; (9) Praça Hermínia Ferreira de Souza; (10) Igreja Matriz Santo Antônio; e (11) Casa da Família de Juca Souza.

Portanto, têm-se onze pontos de visitação do roteiro, em que as edificações que poderão receber visitas internas são aquelas do poder público ou templos religiosos, que são:

- (5) Barragem da Praia do Paredão – é parte do complexo do Camping Municipal Zeferino Teixeira;
- (8) Casa de Cultura José Neri da Silveira;
- (9) Praça Hermínia Ferreira de Souza – popularmente chamada de Santo Antônio;
- (10) Igreja Matriz Santo Antônio – mantém-se aberta diariamente;
- (11) Casa da Família de Juca Souza – atual Escola de Educação Infantil Profª Helena Dutra Ferreira.

Os demais pontos selecionados serão apenas para apreciação e observação das fachadas.

5.2 Programa de Educação Patrimonial

Após a Semana da Arte Moderna, em 1922, houve um despertar para a importância dos bens culturais, e, não por acaso, Mário de Andrade foi solicitado pelo governo federal para elaborar a redação de um anteprojeto que criaria o SPHAN, em 1937, órgão que deu origem ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Com isso, criou-se uma consciência preservacionista ou, pelo menos, intentou-se fazer com que a comunidade brasileira observasse os seus bens culturais, gerando uma necessidade de criar programas de educação patrimonial vinculados às unidades estudantis federais, estaduais e municipais.

A educação patrimonial, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação como tema transversal, tem como objetivo capacitar alunos e professores a conhecer e compreender a dinâmica cultural, no seu processo de permanência, mudança e transformação, que permeia o meio no qual se inserem, auxiliando-os a compreender sua própria identidade cultural ao mesmo tempo em que valorizam e respeitam a identidade cultural do outro, como prevê a convivência democrática. Com isso, pretende-se que alunos e professores se apropriem efetivamente do legado cultural e, enquanto cidadãos atuem no sentido de preservar e recuperar os valores e marcas que constituem seu patrimônio pessoal e coletivo (SIMÕES, 2009).

A educação patrimonial é fundamental para a construção de uma sociedade preservacionista e consciente de sua realidade cultural, ou seja, de sua memória coletiva, seus costumes e expressões, suas edificações, isto é, tudo que a cerca e a legitima como um determinado grupo social, não só na esfera municipal, mas também na esfera regional, pois quando se trabalha com patrimônio cultural, cria-se, outrossim, uma motivação para o desenvolvimento do segmento em Turismo Cultural.

Além disso, é preciso que cada município, em sintonia com seus vizinhos regionais, criem estratégias de desenvolvimento e patrimonialização a fim de que não se perca o conjunto de testemunhas da memória arquitetônica e ambiental dessas sociedades, posto que todos os cidadãos tenham direito à cultura, à memória e à consciência de sua própria história.

O Turismo Cultural e Histórico vem atraindo cada vez mais os públicos doméstico e internacional, pois é um segmento que busca a autenticidade das coletividades. O desenvolvimento de projetos que buscam a preservação do

patrimônio cultural é, sobretudo, a busca por uma sustentabilidade no setor, com a reprodução de um imaginário coletivo a partir de sua própria narrativa, e isso, para o mercado turístico, é fundamentalmente interessante, visto que aquilo que é autêntico, verdadeiro e ao mesmo tempo fantástico torna-se um caminho viável para a preservação com movimentação econômica.

Segundo o Ministério do Turismo,

A definição de turismo cultural está relacionada à motivação do turista, especificamente de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a preservar a integridade desses bens. Vivenciar implica, essencialmente, em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se ao *conhecimento*, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visita; a segunda corresponde a *experiências participativas, contemplativas e de entretenimento*, que ocorrem em função do objeto de visita (MTUR, on line).

Reinventar um passado é contá-lo de outra forma, para que possa ser compreendido por todos. Alternam-se os modos de linguagem, justapondo os fragmentos da memória, reconstruindo os momentos históricos e os projetando desde o presente: “O lembrar é uma faculdade que se exerce no presente, tempo em que se constrói a memória, a partir de novos olhares sobre o passado e da renovação das relações com o que dele está integrado ao nosso cotidiano” (MAGNANI; XAVIER, 2010, p. 16).

Para isso, cria-se um programa de educação patrimonial junto às escolas municipais e estaduais presentes no município, levando aos alunos e professores arquivos da memória da cidade, ou seja, abre-se o Arquivo Público e dá-se acesso à comunidade escolar, que de certa forma estarão replicando as informações apreendidas durante o programa.

O Programa de Educação Patrimonial consiste basicamente em levar para o universo escolar objetos, fotografias, histórias que provoquem nas crianças e nos adolescentes sentimentos positivos sobre a sua cidade, ou seja, uma identificação do presente com o passado, e que esse passado seja importante para a construção da realidade em que eles vivem. Isso é possível fazer por intermédio de palestras, mostras culturais e passeios interativos pela cidade, mensalmente, combinados com a Secretaria de Educação e Cultura do Município.

Considerando alguns marcos legais presentes na Lei do PNC¹¹ (Plano Nacional de Cultura) nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010 – que inúmeras vezes salienta a importância da criação de políticas de incentivo à educação patrimonial para um desenvolvimento sustentável de cidades com bens culturais, conforme o atual entendimento sobre o conceito de bens culturais –, todo grupo social é portador de patrimônio cultural.

A Carta de Atenas, de 1931, já considerava como primordial a educação de jovens sobre o patrimônio:

A conferência, profundamente convencida de que a maior garantia de conservação dos monumentos e das obras de arte vem do afeto e do respeito do povo e considerando que estes sentimentos podem ser bastante favorecidos mediante uma atuação apropriada dos poderes públicos, expressa o desejo de que os educadores ponham todo seu empenho em habituar a infância e a juventude para que se abstenham de qualquer atuação que possa degradar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização (IPHAN, on line).

O convencimento da Conferência de Atenas em 1931 é justamente o de que não há produção de afeto sobre aquilo que não se conhece. É preciso, portanto, estimular o conhecimento e o reconhecimento dos patrimônios culturais que cercam uma sociedade, e isso se faz dentro das escolas e em interface com o poder público, detentor de arquivos, bibliotecas, museus e demais entidades que guardam a memória, ou seja, a herança patrimonial de um lugar.

Estimuladas à preservação, crianças e adolescentes tornam-se adultos preservacionistas e usuários dos bens patrimoniais do lugar onde vivem, e, com isso, defendem-nos das depredações externas e do desleixo do poder público que, dependendo da linha governamental, não se interessa pela questão do Patrimônio Cultural.

Sobre o Patrimônio Cultural é importante ressaltar que:

O patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. Por este motivo é possível realizar uma das mais importantes distinções que se pode fazer com relação ao Patrimônio

¹¹ A íntegra da Lei que institui o Plano Nacional de Cultural está disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/26/plano-nacional-de-cultura-21/>>.

Cultural, pois sendo ele diferente das outras modalidades da cultura restritas apenas ao mercado cultural, apresenta interfaces significativas com outros importantes segmentos da economia como a construção civil e o turismo, ampliando exponencialmente o potencial de investimentos (PORTO MARAVILHA, on line).

Tomando-se como base o discurso da redação sobre patrimônio cultural presente na Operação Urbana Consorciada de Porto Maravilha, supracitado, é que se legitima ainda mais a importância de uma rota turística temática, alicerçada em um conjunto de edificações, considerados como referências da história local. Considerando-se a importância dos marcos legais, **torna-se objetivo** desse trabalho provocar o poder público a pensar sobre a formulação de um projeto de lei que incentive fiscalmente os proprietários de casas antigas que sejam características dos períodos arquitetônicos Eclético, Colonial Português, Art Déco e as casas de pedra, da arquitetura *vernacular* – atualmente existem três exemplares na cidade.

Assim, propõem-se: A Rota do Ouro.

5.3 A Rota do Ouro

Nesse momento, apresenta-se a Rota do Ouro, um roteiro urbano, ou seja, com percurso apenas no perímetro urbano, sem saídas rurais, com orientação através de um folder impresso (ver Apêndice A). Para a composição da rota foram selecionadas algumas construções, já que o passeio é também um reconhecimento da estética local, portanto com um cunho arquitetônico além do narrativo. O concreto é motivador da rota, como ressalta a arquiteta Maria da Glória Lanci da Silva (2004):

A arquitetura e o urbanismo em cidades turísticas desempenham papel fundamental na cenarização do espaço. Construindo elementos culturais atrativos, representam um campo de atuação tanto do mercado quanto do poder público para o projeto e o planejamento de ações estratégicas para o desenvolvimento do turismo (SILVA, 2004, p. 39).

Como critério de seleção, utilizou-se a relação da construção com a temática da mineração aurífera, bem como a viabilidade de visitação externa. E será apenas

externa justamente porque a maioria das construções é de posse particular com residentes, fato que tornaria incômoda aos moradores a prática do passeio e uma rotina de visitantes. A vantagem de um roteiro de visitação externa é, além de prático e agradável ao turista, livre de agendamentos e quebra na rotina dos moradores locais.

Ademais, as construções visitadas pertencem ao estilo residencial eclético, o que denota que o fantástico é justamente a fachada, posto que o ecletismo é um estilo arquitetônico que surge da ascensão da burguesia advinda da Revolução Industrial, que buscava uma representação ou mesmo uma teatralização imitando a aristocracia. Sobre o ecletismo, Olsen destaca:

Não é por acaso que sua manifestação mais importante se concentra na fachada. A ideia dominante do século XIX é de que a arquitetura deve ser *representativa*, de que deve evidenciar através da forma exterior e da estrutura o *status* de seu ocupante, seja ele o Estado, seja ele o indivíduo particular. É por isso que a decoração se torna um elemento indispensável a ser usado em larga escala, que se multiplica a função ilusionista dos materiais, que o erudito e o pitoresco se mesclam: é necessário sublinhar o caráter de obra de arte total inerente à cidade e nada é mais adequado do que pontilha-la de monumentos. Por vezes, a fachada funciona como uma grande litografia, impregnada pela dimensão do desenho, como percebe Hayward ao visitar Paris no começo do Segundo Império (OLSEN, 1986, p. 263 apud FABRIS, 1993, p. 134).

Será possível ao visitante vislumbrar um conjunto de casarios que trazem em suas fachadas elementos e referências de diversos estilos arquitetônicos, característico do ecletismo e do estilo de vida dos trabalhadores que ganharam dinheiro, elevando suas categorias sociais, e, portanto, fizeram das suas casas um espelhamento do novo *status* de suas vidas, exatamente como Olsen (1986 apud FABRIS, 1993) considerou o modo de vida dos séculos XVIII e XIX.

Muitas construções do estilo colonial português foram substituídas por prédios no estilo eclético, isto é, aquela arquitetura simples deu lugar a um estilo teatral, com diversas possibilidades de montagem, já que o ecletismo advém da Era Industrial, ou seja, os ornamentos das fachadas eram fabricados em formas e davam ao mestre de obras uma gama de alternativas de montagem das casas.

Cada um dos pontos da Rota do Ouro foi escolhido pela importância para a prática da extração do ouro em Lavras do Sul; pontos que serviram de residência de engenheiros de minas – considerados personagens ilustres da história local – ou

que fazem referência à história do ouro na cidade, como é o caso da Igreja Matriz Santo Antônio e da Praça Dona Hermínia Ferreira.

Pretende-se que, futuramente, o poder público, por meio da formação de um Fundo Municipal de Turismo, possa adquirir materiais de sinalização turística e, assim, fazer com que em cada ponto da Rota do Ouro seja instalada uma placa de identificação turística, do tipo “cervical”, própria para rotas urbanas para pedestres, (Figura 10), bem como a produção de uma identidade visual do roteiro, itens relevantes para a construção do produto.



Figura 10 – Placa cervical.
Fonte: Guia Brasileiro de Sinalização Turística, 2001.

Esse tipo de placa é utilizada em rotas urbanas, com especificidades compatíveis para cadeirantes, portanto, é de acesso a todos, preservando o princípio da inclusão social que o Turismo preza.

Existem outras possibilidades de sinalização turística para rotas urbanas para pedestres. Entretanto, essa é uma placa explicativa que, além de sinalizar, traz consigo uma narrativa sobre o lugar, o que é muito importante para a preservação da memória do monumento tornado ponto turístico. O ideal é que sejam dispostas em locais públicos, como praças e largos de igrejas. Para os casarões, a melhor

opção é a de utilizar uma placa de aço escovado com logomarca e texto explicativo, não impedindo, assim, o trânsito dos pedestres nas calçadas.

Eis os pontos de visitação resultantes do método de seleção:

Casa Engenho Cerro Rico



Figura 11 – Casa Engenho Cerro Rico
Fonte: Daniele Moreira.

Data da construção: Início do Séc. XX.

Ocupação: Propriedade particular e comercial.

Antiga casa do empresário Ademar Teixeira, tinha um engenho chamado Cerro Rico, em uma propriedade rural de mesmo nome, onde se encontram maquinários do engenho como parte do cenário ao redor da sede da fazenda.

Atualmente, a casa pertence ao advogado Hélio Teixeira, onde mantém o seu escritório de advocacia junto com um de seus filhos.

É uma construção simples, sem muitos adornos na fachada; mesmo assim, é uma representante do movimento residencial eclético no Brasil, é simétrica, com janelas em venezianas, não houveram modificações significativas na sua fachada, apenas o acréscimo de uma garagem ao lado da residência.

Casa de Cultura José Neri da Silveira



Figura 12 – Instrumentos de pesquisa de A. Bosch – Engenheiro de Minas da Ilha de Java que viveu em Lavras do Sul por alguns anos e, depois, voltou à Holanda, onde estava sua família.
Fonte: Daniele Moreira.

Data da construção: 1909.

Ocupação: Poder público.

A Casa de Cultura é a guardiã da memória local. Constan em seu acervo as antigas bateias, utilizadas pelos garimpeiros, alguns instrumentos do engenheiro da Ilha de Java, Mr. Anton Boch, que pesquisava petróleo e ouro, além de uma vasta coleção de fotografias antigas que mostram a construção da cidade, as atividades de mineração e também do carnaval, grande evento popular da cultura lavrense.

É na Casa de Cultura que estão livros e relatórios de empresas de mineração sobre as características geológicas de Lavras do Sul, oportunizando a difusão da informação a qualquer visitante ou morador da cidade que esteja interessado em ampliar seus conhecimentos sobre mineração.

Existem, em seu acervo fotográfico, vários arquivos do garimpo, dos engenhos e dos exploradores estrangeiros que trocavam postais com amigos e familiares, além de mostrar a transformação da cidade em fotografias, inclusive da substituição de construções coloniais por ecléticas no centro comercial. Esse acervo

pode ser acessado pela internet graças a um projeto de difusão cultural da Secretaria de Turismo. O projeto ainda não está concluído, mas boa parte do acervo já foi digitalizada e publicada em um blog¹² (diário), denominado “Memórias de Lavras do Sul”, somando em torno de 400 postagens – publicações de fotos.

Igreja Santo Antônio



Figura 13 – Igreja Matriz Santo Antônio (1917).
Fonte: Daniele Moreira.

Data da Construção: de 1914 a 1917.

Ocupação: Igreja Católica.

A Igreja Matriz Santo Antônio foi erguida em 1914 e sua obra findou em 1917. Sua construção é Eclética, como a maioria das residências e construções edificadas no início do Século XX. O doador do terreno foi José Antônio de Figueiredo, e o

¹² <<http://casadeculturadelavras.blogspot.com>>.

pároco era o Pe. Antônio Martins D'Oliveira, ambos devotos de Santo Antônio. Além do nome, a Igreja tem no altar uma imagem do Santo trazida de Portugal por seu benfeitor. As obras foram feitas sob o comando do Engenheiro Viterbo de Carvalho. A edificação faz referências ao neogótico; notam-se nas janelas laterais os vidros originais da época e os requintes dos ornatos do óculo de sua torre, com a sigla S.A. – Santo Antônio. A torre da igreja tem 25m, onde também está o relógio com os algarismos arcaicos, ainda utilizando o número quatro “IIII” para não usar o nome de Deus em vão, posto que, para os romanos, Deus era escrito Ivupter, e, portanto, o algarismo romano comum para o quatro deixaria as iniciais de Deus parados em vão no relógio.

Conta a história oral que existem túneis subterrâneos que interligam a Igreja com algumas das principais casas dos engenheiros de minas, que transitavam com o ouro entre os imóveis. Outros ainda dizem que há um filão de ouro embaixo da Igreja, aguçando o imaginário popular sobre os tesouros escondidos e perdidos pela cidade.

Casa Geminada da Família Souza



Figura 14 – Casa Geminada da Família Souza.
Fonte: Daniele Moreira.

Data da Construção: 1909.

Ocupação: Imóvel particular desocupado.

Edificação térrea, geminada, construída em 1909, de arquitetura residencial neoclássico, apresenta em sua fachada simétricos detalhes nas molduras das janelas em ornatos, e guarda corpo nas suas porta-janelas em alvenaria maciça. Possui pilastras em capitel decoradas, requintes próprios da época de sua construção.

Possui portão em estilo eclético, advindo da Arquitetura Industrial do Ferro, provavelmente importado, todo ele trabalhado e feito com rebites. Construída pelas mãos do Sr. Zeca Souza e de sua esposa Maria Barcellos de Souza. Teve como morador o Sr. Serapião Freitas de Souza.

Essa casa está localizada à Rua Dr. Pires Porto, 526, antiga Rua Grande e, depois, Rua XV de Novembro.

Ali também residiu o Sr. João Ricardo de Souza e a Sra. Luzia Jurema Vidal de Souza, pais do médico veterinário Paulo Souza, por duas vezes Prefeito do Município.

Funcionou nesse local o Fórum, um Cartório de Registros e um Posto de Saúde.

O imóvel, localizado no centro da cidade, é um testemunho do progresso que o engenho apresentou, com característica da arquitetura eclética, típica residência do movimento, com entradas laterais, muitos adornos e portões de ferro. É uma casa geminada, que apresenta diversos elementos de adorno que remetem ao rococó e outros estilos arquitetônicos, que foram sobrepostos em uma imensa fachada.

Atualmente, as casas pertencem à descendência de duas das filhas do empreendedor, embora não tenha nenhum habitante nelas, o que é preocupante, pois, assim, o estado de conservação das casas está em processo de deterioração cada vez mais grave.

Antiga Casa da Família de Juca Souza (1913)



Figura 15 – Centro de Alfabetização Profª Helena Dutra Ferreira.
Fonte: Daniele Moreira.

Data da Construção: 1913.

Ocupação: Poder público.

Essa casa foi a antiga residência do Sr. Juca Souza e Família, pai de Ema Torgo, que se casou com o General Eurico Torgo, um dos oficiais que veio para Lavras na implantação do 13º RCI. Por isso, a casa ficou conhecida como a “Casa das Torgo” permaneceu fechada por décadas até ser adquirida pelo município, em 1997, e transformada no Centro de Alfabetização. Hoje, o casarão pertence à Prefeitura e é uma escola de educação infantil (Escola Profª Helena Dutra Ferreira). Porém, a oralidade conta que a casa era protegida por um fantasma que guardava um baú de ouro; nada fora encontrado durante as obras de restauração no imóvel, nem baús nem qualquer vestígio de que, ali, havia objetos guardados. A casa se encontrava no mais absoluto abandono, com toda a sua estrutura comprometida.

A edificação apresenta muitos adornos pré-moldados e portões de ferro. É um dos prédios de arquitetura eclética mais rica e rebuscada do casario antigo e preservado de nossa cidade.

Tem em sua fachada simétrica características do classicismo, portão alto e entrada lateral com pedestais em forma de compoteiras.

Casa do Eng. Jose Chiappetta e família (1906)



Figura 16 – Casa da Família de José Chiappetta – Presença de paredes em escaiola.
Fonte: Daniele Moreira.

Data da Construção: 1906.

Ocupação: Imóvel conservado e ocupado pela mesma família desde a fundação.

Residência de 1906, localizada na Rua Tiradentes nº 268, pertence à família de José Chiappetta, engenheiro de minas vindo da Sicília, Itália. Foi um dos mais bem sucedidos empresários do ouro em Lavras do Sul. Sua produção era carregada em mulas por tropeiros até o Uruguai, onde o minério era vendido e trocado por produtos de consumo da família.

O prédio possui estilo eclético, de construção em série, e junto com o prédio comercial ocupava toda a quadra. Possui parapeito, ou guarda-corpo amparando suas portas-sacadas em ferro fundido e detalhes de ornatos em suas colunas. Apresenta, internamente, janelas com floreiras, e suas paredes internas mostram uma característica arquitetônica da época de sua edificação, a presença de Escaiolas.

O imóvel é uma das mais belas residências da cidade. O seu interior poderá, eventualmente, ser visitado, desde que previamente agendado com a família da moradora centenária.

Ruínas da Company Mining Gold (1875)



Figura 17 – Ruínas do prédio do antigo engenho da Company Mining Gold.
Fonte: Daniele Moreira.

Data da Construção: 1875

Ocupação: prédio em ruínas com peças exploradas comercialmente

Típica construção da arquitetura industrial, com portas de ferro e já utilizando amianto. O edifício era composto por dois andares; na parte térrea havia a área de armazenamento dos equipamentos e maquinários, material de pesquisa, oficinas de

carpintaria, ferraria e também uma padaria, que não só abastecia o corpo de trabalho, mas também comercializava pães para o vilarejo. No piso superior, estava o alojamento dos funcionários.

Foi o primeiro prédio a ser erguido em função da mineração aurífera em Lavras do Sul. Portanto, é uma construção muito importante para o roteiro e para a cidade, já que é um marco da atividade mineira no município. Além disso, é uma típica construção da Arquitetura Industrial, datada de 1875; levou dois anos para ser edificado – portanto, a obra iniciou em 1873 – pela companhia de capital inglês Company Mining Gold.

O prédio abrigou, em tempos distintos, um colégio, um cinema, um hospital de emergência e um engenho de trigo e arroz.

Também chamado de Engenho Velho e Comando, foi sede do CTG Ronda do Pampa, fundado em maio de 1957, primeiro CTG de Lavras. Em suas paredes internas resistem ao tempo pinturas feitas por Ricardo Camaquã e versos de autoria de Valdo Teixeira e Edilberto Teixeira (que assinava seus versos com o pseudônimo de Vinícius Valério), que decoravam as paredes do CTG.

Hoje, funciona, em uma das partes, uma oficina mecânica, de propriedade do Sr. Eloi Leivas, que foi um dos pedreiros construtores das barragens do Arroio Camaquã das Lavras, onde aconteceram as atividades mineradoras. Ele é um dos portadores da memória oral da mineração aurífera em Lavras do Sul, e seguidamente estudantes e pesquisadores buscam em suas histórias o viés para suas pesquisas sobre a cidade.

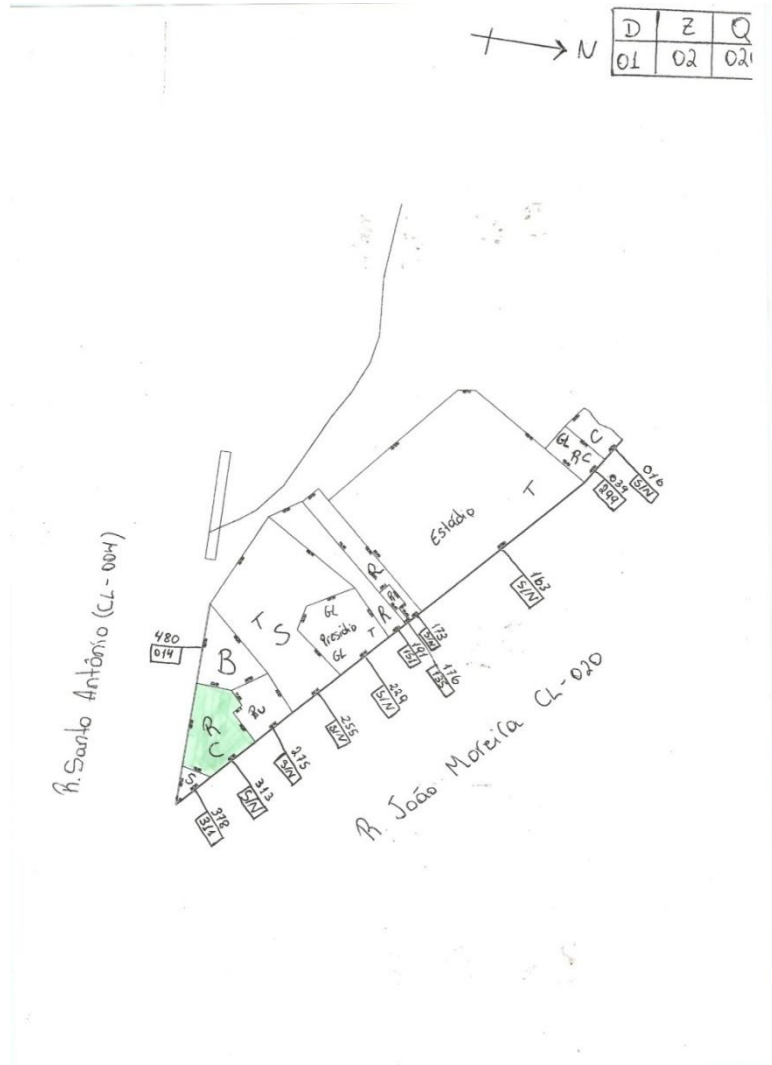


Figura 18 – Mapa de localização da área correspondente do imóvel.
 Fonte: Arquivo do Setor de Cadastros da Prefeitura de Lavras do Sul.

Praia do Paredão



Figura 19 – Barragem do Paredão.
Fonte: Daniele Moreira.

Data da Construção: 1920.

Ocupação: CORSAN e poder público municipal.

A Barragem do Paredão foi construída por engenheiros belgas nos anos anteriores a 1900, numa tentativa de implantar uma turbina para movimentar um moinho. Essa barragem foi por duas vezes destruída por fortes enchentes, e em 1965 recebeu uma reforma. Hoje, é usada para captação de água pela CORSAN e no leito represado do Arroio Camaquã das Lavras forma a Praia do Paredão. Nos seus espelhos de águas calmas, o Arroio é um dos principais afluentes do Rio Camaquã, que desemboca na Lagoa dos Patos. Sua parte anterior à barragem margeia o Camping Zeferino Teixeira.

Conta-se que, quando a Hidráulica foi construída, em 1958, os banhos no Paredão foram proibidos e, sob vigilância severa do “Seu Chico da Hidráulica”, que exercia um rigoroso controle para que a proibição fosse cumprida, alguns rapazes de Lavras passaram a usar a Praia do Bidinho (Edson de Souza Chiappetta) para banho, localizada muitos metros antes da represa.

Somente em 1978, após a construção do Camping Municipal, foram liberados novamente os banhos na Praia do Paredão.

Atualmente funciona junto ao Camping Municipal Zeferino Teixeira e, no verão, é praia de água doce, local de festas e encontros; no inverno é um recanto para pássaros e lontras, despertando o olhar de fotógrafos e ambientalistas.

É um dos lugares mais visitados da cidade, sendo considerado um dos principais atrativos turísticos da cidade. Do local é possível avistar o lugar onde havia as instalações do antigo Engenho do Paredão, bem como as casas do condomínio Chiappetta, onde também estão as ruínas do Engenho Belga.

No entanto, o que mais atrai os moradores e turistas é a beleza do Arroio Camaquã das Lavras e a facilidade de acesso, já que é um camping dentro da zona urbana do município, dispensando, assim, uma complicada logística para os turistas e nativos na dinâmica entre a cidade e o acampamento.

A barragem é explorada pela CORSAN (Companhia Rio-grandense de Saneamento) e, portanto, é a principal fonte de água para tratamento e distribuição de água potável para a cidade.

Praça Dona Hermínia Ferreira de Souza



Figura 20 – Estátua de Santo Antônio.
Fonte: Acervo da autora.

Data da Construção: 1992.

Ocupação: Praça pública.

Santo Antônio é o padroeiro da cidade por uma série de motivos. Um deles é o de que um garimpeiro bateava ouro nas lavras do arroio Camaquã e encontrou uma pepita que lembrava o formato do santo. A partir disso, Santo Antônio se tornou para os nativos da cidade símbolo de riqueza, fortuna e proteção. Por isso, construiu-se no alto da cidade, de onde se pode ver a Igreja Matriz e toda a movimentação urbana. É possível também que o nome venha dos padres jesuítas, que passavam pelo local com o gado e chamavam o lugar de Povo de Santo Antônio.

Seja qual for o discurso sobre o padroeiro, o que existe é uma grande devoção popular pelo santo dito casamenteiro, mas também feito de ouro.

A Praça Santo Antônio (nome oficial: Praça Dona Hermínia Ferreira de Souza) foi posicionada como um ponto de descanso/parada porque possui um

espaço de lazer interessante e uma vista privilegiada da cidade, podendo ser um espaço de contemplação e observação da paisagem urbana (ver Figura 21).



Figura 21 – Missa na Praça Hermínia Ferreira de Souza, no dia 13 de junho de 2011.
Fonte: Acervo da autora.

Esse roteiro congrega nove pontos de contemplação, que visam a fomentar segmentos como o do Turismo Histórico, Cultural e Fotográfico, bem como servir como laboratório de pesquisa para estudantes de arquitetura, pois alguns elementos da Arquitetura que estão presentes nas casas da Rota do Ouro são bastante raros, como é o caso da escaiola, do forro saia-camisa e de outros tipos de forros ornamentados presentes nos prédios públicos municipais que fazem parte da rota e que estão disponíveis para visitas internas agendadas.

Como serviços auxiliares da rota, conta-se com uma loja de *souvenirs*, pousadas, restaurantes, comércio em geral (mercados, padarias, lojas de roupas), o próprio Camping Municipal – que também faz parte da Rota do Ouro, pois é onde

está a Barragem da Praia do Paredão. Enfim, o turista poderá desfrutar da experiência da cidade e também contará com serviços de hospedagem, alimentação e recordação, e, assim, espera-se que a sua estada seja positiva, tanto pela motivação turística que o levou até à cidade quanto pelo conjunto de serviços oferecidos e ao local de igual forma.

A Casa do Garimpeiro

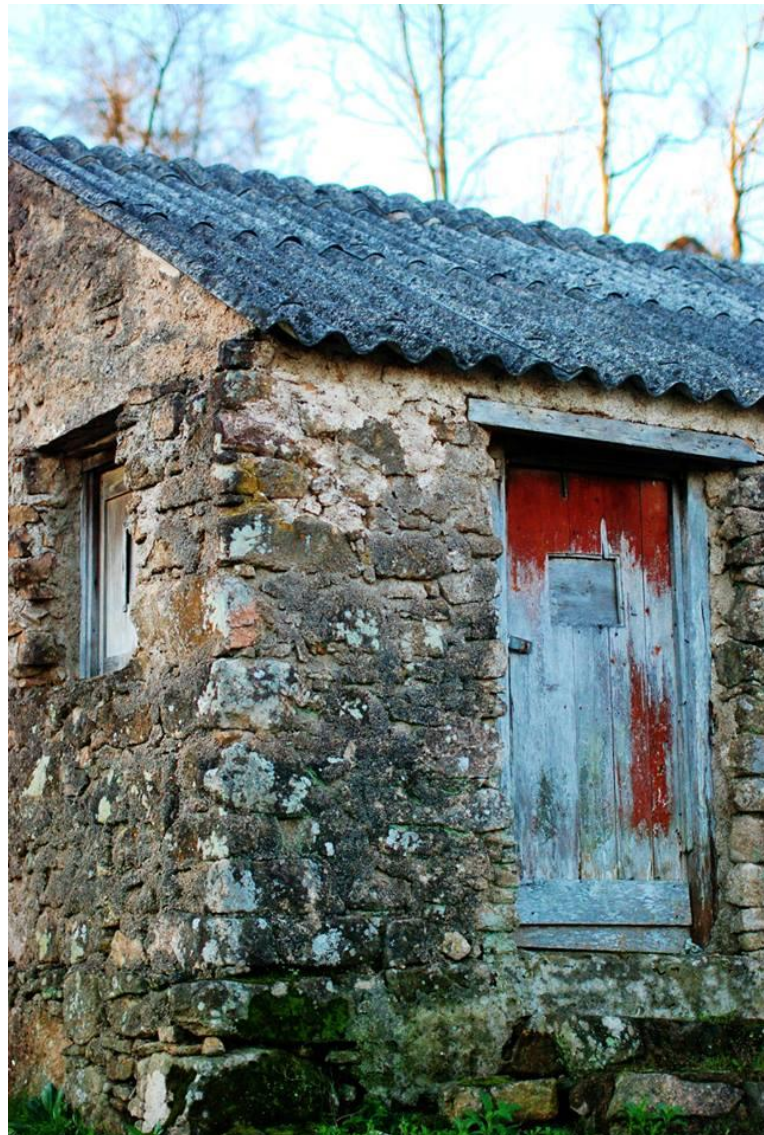


Figura 22 – Antiga casa de garimpeiro.
Fonte: Nina Chiappetta Boeira.

Data da Construção: 1920

Ocupação: Residência particular

Construção simples, feita de pedras e barro sovado, construída no ano de 1920, localizada no cerro que margeia a Sanga das Lavadeiras. Pertencia ao garimpeiro Francisco Vieira, e atualmente quem vive nela é sua neta, dona Maria Conceição Vieira, com 84 anos.

Essa casa representa as construções simples, *vernaculares*, típicas casas dos trabalhadores das minas de ouro, que pouco tinham para o seu sustento. Restam apenas três casas de pedra no município, e essa é a única que está relacionada à minareção ainda existente.

Engenho Belga



Figura 23 – Ruínas do Engenho Belga.
Fonte: Acervo da autora.

Data da Construção: 1898.

Ocupação: Faz parte de propriedade particular.



Figura 24 – Casa de Pedra (Itaóca) – Residência de Luiza Chiappetta Cabral, tataraneta de José Chiappetta.
Fonte: Acervo da autora.

O Engenho Belga recebeu esse nome após a sociedade de Francisco Lopez (espanhol) e Paulo Tallourd (francês) com o belga Charles Renard, ocasionando o primeiro empreendimento multinacional de mineração em Lavras do Sul. A Cia. Belga funcionou por apenas alguns anos, e em 1909 fora vendida para a Brazilian Goldfields Limited, que adquiriu todos os bens da antiga companhia trinacional. Em 1938, o químico Pedro Mata comprou o engenho belga e, às margens do Arroio Camaquã das Lavras, construiu uma casa de pedra que, segundo a memória oral, fora construída ao valor de seis toneladas de ouro extraídas pela Companhia de Mineração de Ouro do Butiá Ltda (1936 a 1938).

Esse é um dos pontos mais problemáticos da Rota do Ouro, pois está situado em um condomínio familiar e um dos irmãos não é a favor da *turistificação* do local. Esse irmão possui os terrenos que dão acesso ao Engenho e à Casa de Pedra, e como medida de proteção ao direito de abrir o local para visitação, a proprietária do engenho, Mariliza Chiappetta, afiliou o local   Associa o Pampa Gaúcho de Turismo, tornando claro a inten o de explora o turística.

Pretende-se fazer da casa de pedra onde mora Luisa Chiappetta Cabral – também do espólio familiar de Edson Chiappetta – um lugar de visita o turística agregado ao engenho, apesar dos conflitos familiares existentes.

Como representa o gráfica do produto, tem-se um folheto de divulga o:



Figura 25 – Folder de divulgação da Rota do Ouro
 Fonte: Acervo da autora

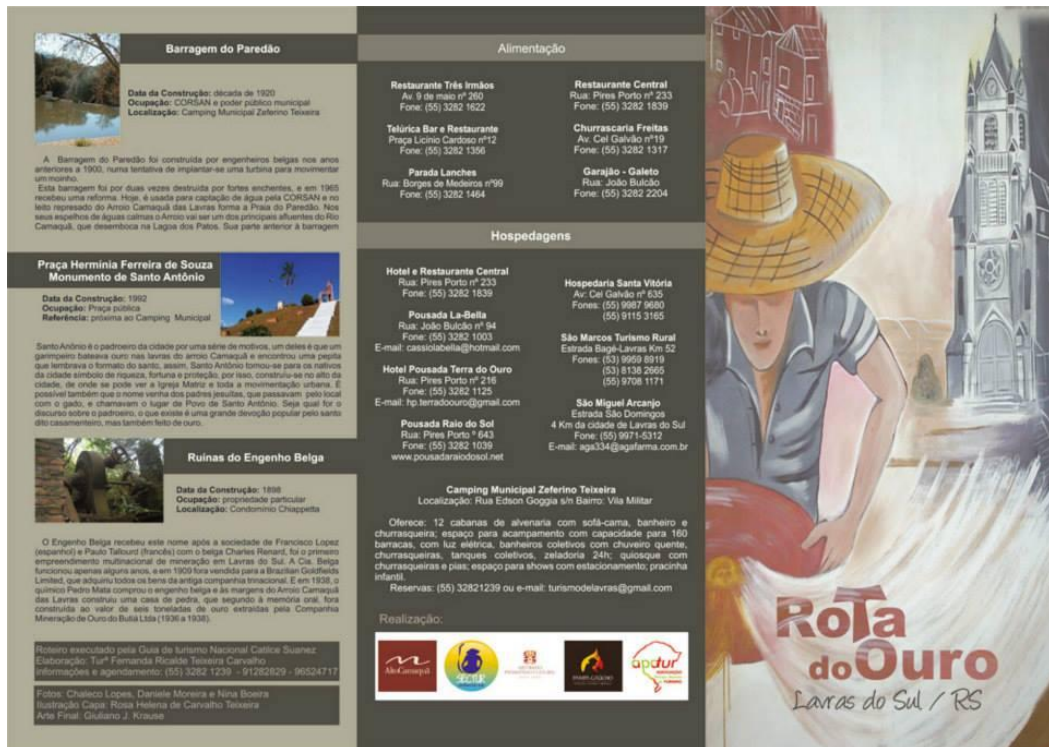


Figura 26 – Frente folder de divulgação da Rota do Ouro
 Fonte: Acervo da autora

No material gráfico proposto utilizou-se um pequeno texto explicativo para cada ponto de visitação, serviços de alimentação, hospedagem e guia; as logomarcas que acompanham o produto e na capa, a palavra “Rota” é escrita com a Cruz de Santo Antônio, fazendo referência ao padroeiro da cidade de Lavras do Sul.

Considerando que as redes sociais são grandes difusores de informação e, que, é possível alcançar diferentes públicos através de páginas de divulgação na Rede Facebook, criou-se uma página de promoção da Rota do Ouro com o endereço eletrônico: (<<https://www.facebook.com/rotadoourolavrasdosul>>).

5.4 Contexto Regional da Rota do Ouro

A necessidade de uma busca pela preservação cultural material e imaterial na região do Pampa Gaúcho e no Território do Alto Camaquã está presente em quase todas as cidades que compõem esses espaços. Projetos como esse ajudam a movimentar os detentores e mantenedores de prédios históricos que deveriam ser os guardiões da memória de construção do Pampa Gaúcho, região que abandonou seus casarões por uma série de motivos econômicos e sociais, fazendo com que esses caíssem em ruínas.

Visto que a problemática da preservação está presente em toda região, e buscando uma solução para o município de Lavras do Sul, é possível despertar, por meio de um roteiro turístico integrado, como está sendo feito em relação ao Rio Camaquã, outros projetos de preservação do patrimônio material de cidades vizinhas que igualmente possuem histórias interessantes de riqueza e luxo reconhecíveis na arquitetura que compõe a paisagem urbana.

É preciso considerar que essa Rota será parte de um projeto maior, denominado Rotas Integradas do Alto Camaquã, um projeto de regionalização turística que dá à Rota do Ouro uma importância de cunho regional. As Rotas Integradas do Alto Camaquã unem diversos roteiros que percorrem as cidades que fazem parte do terço superior do Rio Camaquã, que é o rio fonte das riquezas minerais de Lavras do Sul e outras cidades da região. Os municípios que fazem parte desse roteiro são: Bagé, Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Santana da Boa

Vista, Pinheiro Machado e Piratini. Ou seja, elas vão desde a Região Turística do Pampa Gaúcho até a Região Turística da Costa Doce, fazendo uma intersecção entre as regiões turísticas e as características geográficas das cidades.

A partir do momento em que uma rota é integrada a um projeto maior, ela passa a ter a certificação de qualidade do projeto de desenvolvimento endógeno do Alto Camaquã, atualmente coordenado pela EMBRAPA Pecuária Sul (Bagé). No âmbito do Turismo, o Alto Camaquã ganhou projeção internacional quando, em 2010, entrou para o circuito das Montanhas Famosas, segundo complexo brasileiro a entrar para esse grupo que visa a fomentar o turismo pelos países participantes, estimulando as pessoas a visitarem todos os lugares do circuito.

5.5 Desenvolvimento da Linha de Produtos

Dentro da linha de produtos serão considerados os aspectos de identidade social, condições climáticas, geográficas e oferta de matéria-prima. O foco principal da linha de produtos, além da própria rota, é a coleção de cartões-postais (digitalizados) que será desenvolvida a partir do acervo fotográfico da Casa de Cultura José Neri da Silveira, e também das fotos do acervo fotográfico (também digitalizado) da Secretaria de Turismo e demais arquivos disponíveis no setor.

Para a gastronomia, pensa-se em pratos inspirados nos hábitos alimentares dos garimpeiros e dos tropeiros que levavam o ouro até o Uruguai. São pratos simples e típicos da região, com uso de charque, arroz e alguns tubérculos resistentes às viagens longas. Para servi-los, seria interessante que o restaurante inserido na Rota do Ouro adotasse um recipiente como a bateia de madeira para apresentar o prato ao cliente/turista.



Figura 27 – Composição de fotos antigas das edificações da mineração e do Rio Camaquã.
 Fonte: Acervo fotográfico digitalizado da Casa de Cultura José Neri da Silveira. O acervo é composto por 2.135 unidades fotográficas.

Essas são algumas ideias que podem ser trabalhadas como um desdobramento desse trabalho, como é o caso do *souvenir* já desenvolvido em conjunto com a artista plástica Rosa Helena Carvalho Teixeira, que é uma mala de garupa em miniatura que carrega uma pepita de ouro com a imagem de Santo Antônio, ou seja, congrega um conjunto simbólico que representa a cultura local, com o tropeirismo do ouro e a devoção ao padroeiro Santo Antônio, que também está relacionado à história da mineração no município (ver Figura 28). Esse trabalho desenvolvido faz parte da concretização da Rota do Ouro e do despertar do olhar da comunidade local para a temática abordada pela autora na interface entre o seu local de trabalho e seu objeto de estudo.



Figura 28 – *Souvenir* de Lavras do Sul: “Mala de Garupa da Terra do Ouro”.
Fonte: Acervo da autora.

5.6 Suporte de Serviços Turísticos Urbanos

Pensar em Turismo é pensar em infraestrutura, em serviços e informação, pois as motivações que impulsionam o movimento de visitação é provocado pelos dispositivos imagéticos da mídia, suportado por uma infraestrutura adequada aos serviços que se intenciona prestar.

Portanto, tem-se, a seguir, um inventário de serviços turísticos para legitimar a importância de uma rota turística em Lavras do Sul¹³.

Meios de Hospedagens: existe uma oferta de 568 (quinhentos e sessenta e oito) leitos na área urbana e nas fazendas-pousadas.

Serviço de Alimentação: são sete restaurantes distribuídos pela cidade, sem contar com pequenas lancherias e carros-lanche que oferecem alimentação rápida e barata.

Serviço de transporte: a cidade oferece serviços de táxi e vans para transportar visitantes e residentes. Rodoviária com bom acesso, posto de gasolina e táxi próximos.

¹³ Segundo o último censo do IBGE (2011), Lavras do Sul tem em torno de 7.600 habitantes.

Esses são os principais serviços de apoio à atividade turística. Existem, porém, vários outros elementos que dão suporte ao Turismo, como a própria infraestrutura da cidade, como praças, espaços de recreação, locais para eventos, festas, monumentos e espaços de atividades físicas, especificações que formam um conjunto para a oferta turística de um lugar.

Portanto, visto que há uma boa gama de serviços que dão suporte à prática do turismo, legitima-se ainda mais a ideia de ter uma rota orientada e temática que conte a história da cidade e estimule a busca de novos empreendimentos voltados a essa prática, pois o mercado turístico ainda oferece um vasto campo de exploração, como, por exemplo, agenciamento, guias locais, desenvolvimento de uma gastronomia típica, como foi citado no item 5.5.

CONCLUSÕES

A capacidade de as edificações, ou melhor, de os bens materiais despertarem a memória coletiva impulsionou toda a pesquisa apresentada e tudo aquilo que a corteja, mas que está fora da delimitação do tema. É inacreditável quão poderoso pode ser o concreto que emoldura a vida cotidiana e muitas vezes despercebida.

Alguns questionamentos ficarão a cargo da imaginação das gerações que povoarão os prédios da cidade: Como seriam os engenhos se em 1941 Getúlio Vargas não lançasse a campanha nacionalista, e se a bolsa de Londres não tivesse quebrado? Estariam ainda os mineradores a lavrar o ouro do rio? Isso jamais se saberá; mas o fato é que as famílias deixaram suas paredes por conta do tempo, e o tempo é sempre cruel com todos os portadores de vida.

O Engenho Belga, cercado de conflitos familiares, seria um dos lugares deixados em espera para integrar a Rota do Ouro. No entanto, com o desenvolvimento do projeto, entrevistas informais, acordos com o poder público, tornou-se – o que deveria ser desde o início – um dos protagonistas do itinerário turístico, com grande empenho e satisfação de ambas as partes. No futuro, será possível ensinar às crianças a história da cidade no próprio local dos acontecimentos passados.

Embora as ruínas da Company Mining Gold estejam ainda em propriedade de diversos cotistas de área, houve um encaminhamento para o poder público estudar a melhor forma de tomar posse do lugar e fazer dele um museu a céu aberto, salvaguardando a memória aurífera da cidade.

As residências sem utilização serão vistas e observadas pelos seus proprietários de maneira diferente da anterior. Enquanto o discurso sobre a cidade era o de abandono, houve uma renovação através de uma nova voz, a da preservação, conservação e readequação de prédios históricos, repletos de memória coletiva.

É preciso, antes, apontar para a sociedade civil, para que esta se apodere da vocação da cidade e motive seus iguais a um grande movimento que exercite o olhar para promover seus bens culturais, materiais ou imateriais, completando-se um ao outro.

O acervo fotográfico da Casa de Cultura José Neri da Silveira ganhou visibilidade e atenção para que seus exemplares recebam melhores condições de arquivamento, já que, atualmente, estão em um arquivo metálico sem acondicionamento climático e manuseio correto, estando cada vez mais degradados por microorganismos. A única ação de salvamento dos arquivos foi a digitalização do acervo em busca de registros da mineração no município. Disso resultou um diário eletrônico (blog) (<<http://casadeculturadelavras.blogspot.com>>), onde estão dois mil, cento e trinta e cinco arquivos fotográficos, documentos e outros tipos de registros da construção de casas, poços de mineração, assinatura de leis etc., ou seja, o registro iconográfico cultural de uma cidade, em que é possível verificar como eram alguns prédios que passaram por reformas e adaptações a novos movimentos da arquitetura, isto é, prédios que foram erguidos no estilo colonial português, e como demonstração de poder econômico, suas fachadas foram demolidas e refeitas no estilo eclético.

Ainda é necessário que existam marcos legais de incentivo à preservação de bens materiais históricos inseridos nas leis municipais. No entanto, é possível vivenciar, caminhando pela cidade, o que, com o passar dos anos, restou de belo, e agregar a isso um pouco de fantasia e lazer.

Como resultado prático da pesquisa tem-se o material gráfico da Rota do Ouro, um modelo de cartão-postal para divulgação do passeio, e o discurso sobre a cidade remodelado e aplicado em seminários, palestras e outros tipos de encontros escolares nas instituições de ensino do município, provocando nos ouvintes um olhar sensível ao patrimônio edificado de Lavras do Sul. Isso será o diferencial para o desenvolvimento de uma geração a partir da qual os prédios não serão mais vistos como símbolos do abandono, mas sim como portadores de história, memória e cultura de todos os que os cercam.

REFERÊNCIAS

APONTAMENTOS DE JOSÉ SATURNINO DA COSTA PEREIRA. Disponível em: <http://colecaomossoroense.org.br/acervo/apontamento_para_%20a_formacao.pdf> Acesso em: 13 abr. 2011.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Turismo).

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do Turismo Cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 3, 2005, p. 27-33.

BISPO, Mariana Nascimento. Políticas Públicas e o Patrimônio Histórico: das primeiras ações à economia da cultura. **Revista Contemporânea**, v. 9, n. 1, 2011, p. 94-107.

BRITO, Alessandra. Escaiola: um luxo! **Arquitetura f.Log Universidade Feevale**. Disponível em: <<http://arqfeevale.wordpress.com/2010/06/21/escaiola-um-luxo/>>. Acesso em: 09 mar. 2012.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis Visitadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Cláudio Antônio Santos Lima. **A Renovação contida por formas históricas**: reflexão sobre os parâmetros de conservação vigentes para edificações protegidas da cidade do Rio de Janeiro. Universidade Estácio de Sá, RJ, 16 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.estacio.br/restauro/palestras/>>. Acesso em: 08 mai. 2012.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNIESP, 2006.

CORREIO DO POVO. **Há um Século na História**. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=115&Numero=212&Caderno=0&Noticia=132424>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

COSTA, Alfredo R. da. (Org.). **O Rio Grande do Sul**: Completo estudo sobre o Estado. Porto Alegre: Globo, 1922. 2 v

CUSTÓDIO, Luiz Antônio; STORCHI, Ceres; ROMAN, Vlademir. **Roteiros de Arquitetura da Costa Doce** – Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sebrae, 2009.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. In: **Informações sobre a legislação**. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

DOBERD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EDITORA ALEPH. **Jost Krippendorf**. Disponível em: <<http://www.editoraaleph.com.br/site/autores/jost-krippendorf>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

EMBRATUR. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística**. Governo Federal, Brasília, 2001.

ESCOLA DE MINAS. **A Escola de Minas – Histórico – Diretoria**. – UFOP. Disponível em: <http://www.em.ufop.br/em/diretores/gorceix.php> . Acesso em: 12 jul. 2012.

ESSINGER, Cíntia Vieira. **Entre a Fábrica e a Rua**: A Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e a criação do espaço operário. Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953-1974). 2009. 178f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Ufpel, Pelotas, 2009.

FABRIS, Annateresa. **Arquitetura Eclética no Brasil: o cenário da modernização**. In: Nova Série n. 1, 1993. **Anais do Museu Paulista**. ECA, São Paulo, p. 131-307.

FERREIRA, Samila Pereira. **Políticas da Memória, Políticas do Esquecimento**: um estudo sobre a antiga zona portuária de São Lourenço do Sul. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Ufpel, Pelotas, 2010.

GASPARINI, Audrey. **Tombamento e Direito de Construir**. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya; NEUTZLING, Simone. O patrimônio urbano da rainha da fronteira. Bagé. RS. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.5, abr. / jul. 2011.

ZERO HORA. **Túnel do Tempo: Tesouros Escondidos**, de 12 jul. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN. **Carta de Atenas**. Governo Federal. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

ITAÚ CULTURAL. **Enciclopédia Itaú Cultural**. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/>>. Enciclopédia Itaú Cultural. Acesso em: 27 mar. 2012.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. Cotia, SP: Ateliê, 2008.

_____. História e Ética na Conservação e na Restauração dos Monumentos Históricos. **Revista CPC**, Vol. 1, n. 01, p. 16-40, Nov. 2005/abr 2006. Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.usp.br/>>. Acesso em: 13 out. 2010.

JEUDY, Henri-Pierre. **O Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JUNIOR. Valdeci dos Santos. A Influência das Cartas Internacionais Sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. **MNME Revista de Humanidades**. Dossiê Arqueologias Brasileiras, v.6, n. 13, dez. 2004/jan. 2005. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

JUSBRASIL. **Código de Minas**. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/111067/codigo-de-minas-de-1940-decreto-lei-1985-40>>. Acesso em: 26 mai. 2012.

LAVRAS DO SUL. **Acervo Fotográfico**. Casa de Cultura José Neri da Silveira. Disponível em: <<http://www.casadeculturadelavras.blogspot.com.br/>>. Acesso em 16 jul. 2011.

_____. **Arquivo do Setor de Cadastro**. Secretaria de Finanças.

LEI DO PNC. **Portal da Cultura**. – Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/26/plano-nacional-de-cultura-21/>>. Acesso em: 26 mai. 2012.

LINHA DO TEMPO. **Governo Federal**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/>>. Acesso em: 21 de abr. 2011.

MAGNANI, Luís Antonio; XAVIER, Ana Maria. **Caminhos do Patrimônio Cultural: 3 Roteiros em São Paulo**. São Paulo: Via das Ideias, 2010.

MARCOS CONCEITURAI. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 05 mai. 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**. Roteiros do Brasil. Módulo Operacional 8. Brasília, 2007.

MONUMENTA. **Lei nº 6.513** de 20 de Dezembro de 1977. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2010.
MURTA, Stela Maria; ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasília, 2002.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. **Projeto História: Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1981, p. 07-28.

PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.) **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo, Annablume, 2010.

PATRIMÔNIO CULTURAL. **Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio**. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/conteudo/eiv/V.%20Situacao%20Atual%20e%20Futura%2012.%20Paisagem%20Urbana_12.1%20Patrimonio%20Cultural.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2012.

SANTOS, José Luiz dos. **O Que é Cultura**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades Turísticas: Identidades e Cenários de Lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SIMÕES, Josanne Guerra. **Educação Patrimonial**. 2009. Disponível em: <<http://imagensdofuturo.blogspot.com.br/2009/10/educacao-patrimonial.html>>. Acesso em: 26 mai. 2012.

SINDICATO DO COMÉRCIO DE VAREJISTAS DE SÃO LEOPOLDO. **Museu do Trem**. Disponível em: <http://www.sindileo.com.br/m_trem.html>. Acesso em 12 jul. 2012.

TEIXEIRA, Edilberto. **Lavras do Sul na Bateia do Tempo**. Santa Maria: UFSM, 1992. 1 v.

TEIXEIRA, Gujo (Org.). **Olhares da Minha Terra**. Porto Alegre: Agência Visual, 2013.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. O Turismo no Espaço Globalizado. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo, Modernidade, Globalização**. São Paulo: Huditec, 1997.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A Pesquisa Arqueológica em Quaraí/RS: uma contribuição à identidade local**. 2010. 107f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ufsm, Santa Maria, 2010.

TOMAZ, Paulo Cezar. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. **Revista de História e Estudos Culturais**, Fênix. Universidade Presbiteriana Mackenzie, v. 7, a. VII, n. 02, 2010. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf>. Acesso em 24 mar. 2013.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: UNB, 2004.

APÊNDICE A – FOLDER IMPRESSO DA ROTA DO OURO

APÊNDICE B – CARTÃO – POSTAL DA ROTA DO OURO

Ruínas da Company Mining Gold

Data da Construção: 1875

Ocupação: prédio em ruínas com peças exploradas comercialmente

Localização: Rua João Moreira nº 20

Típica construção da arquitetura industrial, com portas de ferro e já utilizando amianto, o edifício era composto de dois andares, na parte térrea havia a área de armazenamento dos equipamentos e maquinários, material de pesquisa, das oficinas de carpintaria, ferraria e também uma padaria, que não só abastecia o corpo de trabalho, mas também comercializava pães para o vilarejo. No piso superior, estava o alojamento dos funcionários.

Foi o primeiro prédio a ser erguido em função da mineração aurífera em Lavras do Sul, portanto é uma construção muito importante para o roteiro e para a cidade, já que é um marco da atividade mineira no município. Além disso, é uma típica construção da Arquitetura Industrial, data de 1875, levou dois anos para ser erguido, portanto a obra iniciou em 1873 pela companhia inglesa Company Mining Gold.

Abrigou em tempos distintos um colégio, um cinema, um hospital de emergência e um engenho de trigo e arroz. Também chamado de Engenho Velho e Comando, foi sede do CTG Ronda do Pampa, fundado em maio de 1957; foi o primeiro CTG de Lavras do Sul. Em suas paredes internas resistem ao tempo pinturas feitas por Ricardo Camaquã e versos de autoria de Valdo Teixeira e Edilberto Teixeira (que assinava seus versos com o pseudônimo de Vinícius Valério), que decoravam as paredes do CTG.



Rota do Ouro

Lavras do Sul / RS



Foto Atual: Nina Boeira

Foto Antiga: Acervo Fotográfico da Casa de Cultura José Neri da Silveira. Arquivo nº 2.224

Figura 29 – Cartão-Postal da Rota do Ouro
Fonte: Produto gerado pela dissertação

APÊNDICE C – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS INVENTARIADOS

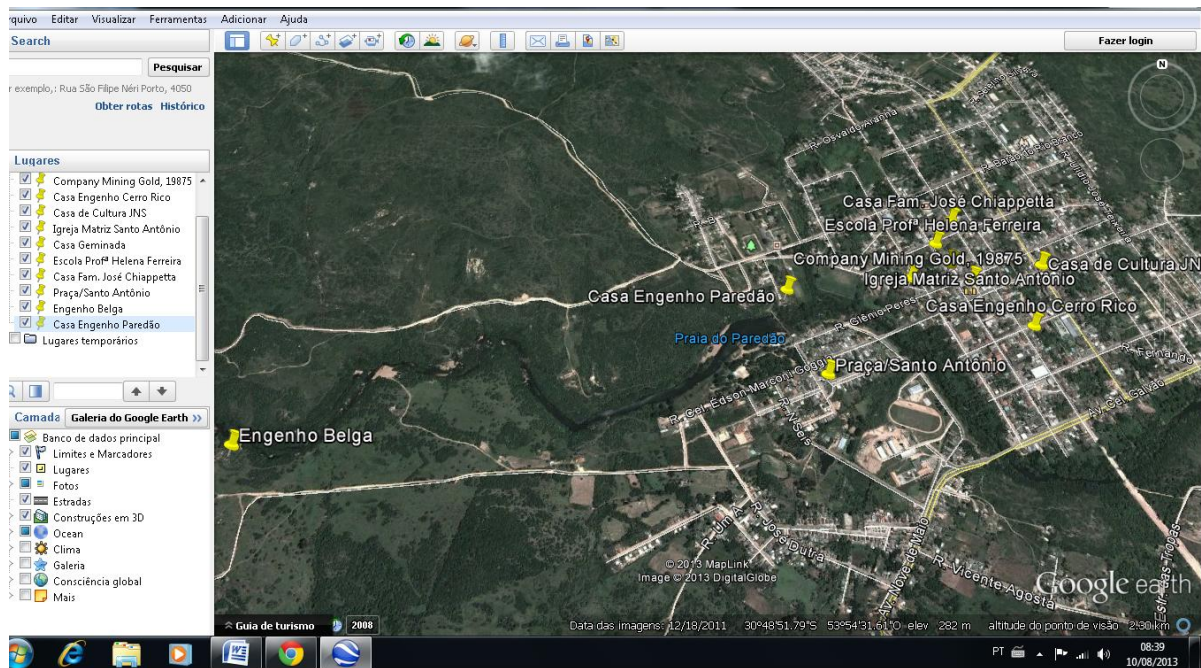


Figura 30 – Mapa de localização dos espaços inventariados
Fonte: imagem gerada pelo programa Goolge Earth

ANEXO A - PONTOS A SEREM INSERIDOS POSTERIORMENTE

Engenho do Paredão



Figura 31 – Restos do material da construção do Engenho do Paredão.
Fonte: A autora.

Data da Construção: 1935.

Ocupação/Utilidade: Ruínas.

Do Engenho do Paredão restam apenas alguns elementos – infelizmente, o maquinário e a construção foram destruídos e vendidos para o ferro-velho. No entanto, esquecer também é lembrar, e esse é o ponto da Rota do Ouro, em que lembra-se do abandono, do fim de um ciclo de sucesso, riqueza e aventura, para o início de um profundo esquecimento da história da cidade que acabará por durar cinquenta anos. Por isso, pela inexistência de moradores na casa do Engenho e péssimas condições de acesso ao local, esse ponto será inserido posteriormente na

Rota do Ouro. O Engenho do Paredão funcionou entre os anos de 1935 e 1947. Espera-se que com a demanda criada a partir da rota em outros pontos haja uma conscientização dos proprietários do local e seja, então, permitida a visitação, além de adaptação para a prática do turismo.

Durante esse funcionamento, chegou a produzir 200 kg de ouro. Na década de 60 foi residência do Sr. Frederico Conti e família, e até a década de 90 ainda era possível ver suas ruínas, que foram demolidas por oferecer risco de acidente, pela força das águas do Camaquã em tempos de enchente. Local sobre o qual se pensou em, um dia, ser usado para que ali se fizesse o Museu do Ouro, guardando a rica história aurífera de Lavras do Sul.

O proprietário (um dos filhos de João Ricardo de Souza – explorador do ouro) deu início à demolição e à venda dos equipamentos para o ferro-velho, que adquiriu por R\$ 0,05/kg de maquinários que poderiam servir de peças de um museu ao ar-livre, utilizando as áreas externas dos engenhos. Infelizmente, sentimentos de repulsa e descaso à memória do ouro provocam esse comportamento que destrói elementos importantes para a preservação do patrimônio cultural da cidade.

Atitudes como essa afirmam, cada vez mais, a importância de haver um trabalho de educação patrimonial e de viabilização de novos usos para imóveis que perderam a primeira utilização.



Figura 32 – Máquina utilizada na trituração do ouro.
Fonte: Acervo de Zélio Leite.

ANEXO B - PROPOSTAS PARA OUTROS CAMINHOS A SEREM DESENVOLVIDOS

Localização das minas subterrâneas:



Figura 33 – Mina de ouro na localidade Vista Alegre.
Fonte: Acervo de Alexandre Goulart, ex-funcionário da empresa Amarillo Gold.

- Mina Guarda-Mor 1937 /38
- Mina Boa Vista
- Mina do Umbú
- Mina Capororoca
- Mina do Castelhanao
- Trincadeiras da Paz
- Mina Virgínia
- Mina Guampa de Ferro
- Mina de Zalmiro
- Mina da Volta Grande

- Mina Saraiva
- Mina do Giloca
- Mina São José
- Mina da Invernada da Cachoeira
- Mina da Polvadeira
- Mina do Cerro do Tigre
- Mina da Lagoa Negra
- Mina da Caneleira
- Mina Dourada
- Mina Aurora – passagem interrompida (moradores dos arredores retiraram as escoras da entrada para utilizar como mourão de cerca)
- Mina da Goiabeira
- Mina do Rodeio
- Mina da Toca do Euzébio
- Mina da Pitangueira
- Mina do Jacques
- Mina Saint Clément
- Mina do Mato Feio
- Mina dos Britos
- Mina do Lavadeiro
- Mina Cerro Rico
- Mina Merita
- Trincheiras da Novela
- Galeria do Monstro
- Trincheira da Capelinha
- Sanga do Mata-Fome